



Anais da Assembléia

Nº 040

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

ERRATA:

No Diário da Assembléia nº 031, às fls. 16 (Projeto de Lei nº 131/91), onde se lê: (a) NILTON BARBOSA, leia-se: (a) NILTON CÉSAR SERVO.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA ATA DA 29.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregoneze, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zannusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados Algaci Túlio, José Arthur Ricci, Luiz Antonio Setti e Ovídio Constantino (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu declino da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa irá proceder à verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Ernani Pudell. (É procedida a verificação de votação) 19 Srs. Deputados aprovam. Aprovada a ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 16/91

Curitiba, 19 de abril de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 54, inciso XI da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País por 6 (seis) dias, a partir do próximo dia 23, com destino ao Paraguai, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado.

Em razão da alteração proposta, encargo suas gestões no sentido de que seja desconsiderada a Mensagem nº 15/91.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 17/91

Curitiba, 22 de abril de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa conceder, a partir de 1º de abril de 1991, abono equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre os salários e vantagens permanentes percebidos em março de 1991, aos servidores das seguintes entidades da Administração Indireta do Poder Executivo

Estadual:

- I - Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR;
- II - Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR;
- III - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF;
- IV - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, Fundação Edison Vieira;
- V - Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

O anteprojeto de lei que ora encaminho, procurou levar em consideração os aspectos a seguir descritos:

Os vencimentos do funcionalismo público da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, apresentam em geral, distorções geradas ao longo de muitos anos.

O resgate da credibilidade da função pública, com a conseqüente recuperação da qualidade dos serviços que o Estado presta à sociedade, guarda também relação com os níveis de vencimentos do funcionalismo.

A intenção de oferecer melhores níveis de remuneração, tanto aos funcionários da Administração Direta e Autárquica como da Indireta, se contrapõe à realidade da receita estadual, a qual, depende em grande parte do nível da atividade econômica do Paraná e do País, nível este determinado, na sua essência, pelo conjunto de medidas e decisões periodicamente impostas pelo Governo da União e, portanto, fora do alcance de ações diretas dos Poderes Executivo e Legislativo Estadual.

O Paraná, através de seus organismos específicos, está empenhado em aperfeiçoar o processo de arrecadação, ao mesmo tempo em que procura torná-lo mais justo, de modo a ampliar as suas receitas para fazer frente aos inúmeros anseios da sociedade e de seus quadros de servidores.

Uma primeira avaliação da situação em que se encontram os vencimentos na Administração Indireta, indicou distorções salariais maiores nas Fundações já relacionadas, tendo em vista que os servidores dessas entidades não foram contemplados com os benefícios da Lei n° 9547/91, que concedeu reajustes ao funcionalismo público da Administração Direta e Autárquica, a partir de janeiro de 1991, e a eles não se aplicam as disposições da Medida Provisória n° 295 do Governo Federal.

A proposta de um abono de 40% é, no momento, o que se pode propor sem comprometer o equilíbrio financeiro do Tesouro Estadual.

Cabe informar que o custo estimado com o pagamento do abono proposto totaliza aproximadamente Cr\$ 182 milhões mensais, valor esse que segundo as recentes estimativas da arrecadação, poderá ser suportado pelo Tesouro Estadual.

Curitiba, segunda, em 22.04.91

Com esta Mensagem iniciamos, para a administração fundacional que vive às expensas dos recursos públicos, um procedimento objetivando repor a ordem constitucional, segundo a qual o aumento da remuneração de seus servidores é de iniciativa do Executivo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUILÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica concedido, a partir de 1° de abril de 1991, abono equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre os salários e vantagens permanentes percebidos em março de 1991, aos servidores das entidades da Administração Indireta a seguir indicadas:

- I - Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR;
- II - Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR;
- III - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF;
- IV - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, Fundação Edison Vieira;
- V - Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Parágrafo Único - O abono de que trata este artigo, vigorará até que sejam revisados os vencimentos dos servidores das entidades nominadas e serão considerados para efeito de quaisquer revisões salariais.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de abril de 1991.
- À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o n° 447/91, do Sr. João Cândido Ferreira da Cunha Pereira - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando anteprojeto de lei orgânica daquele Tribunal, objetivando instrumentalizar aquela instituição fiscalizadora de contas de todo um conjunto jurídico e técnico, em face do elenco de novas e desafiadoras atribuições que lhe forem cometidas pela Constituição Federal de 1988, e Constituição Estadual de 1989.

Ao conhecimento da Casa.

Sob os números DTL/SAT/116, 117, 118, 119 e 120/91, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n°s:

105/91:

Do PODER EXECUTIVO, que aprova Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 2.167.451.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzeiros) ao Orçamento da Secretaria de Estado da Educação, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9585. - Anote-se. Arquive-se.

54/91:

De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a CRECHE NOSSA SENHORA DE LOURDES, com sede e foro em Apucarana, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 9586. - Anote-se. Arquive-se.

45/91:

De autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA, com sede e foro na Comarca de Andirá, o qual convertido em Lei tomou o n° 9587. - Anote-se. Arquive-se.

40/91:

De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná "Post-Mortem" ao Sr. João Penido Monteiro, o qual convertido em Lei tomou o n° 9588. - Anote-se. Arquive-se.

29/91:

Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.160.155.000,00 (um bilhão, cento e sessenta milhões, cento e cinquenta e cinco mil cruzeiros) ao Orçamento da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9589. - Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 840

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, nos termos do Art. 164 do Regimento Interno, votação nominal ao Projeto do Decreto Legislativo n° 02/91, e aos Projetos de Lei n°s 10, 92, 98 e 104/91.

Sala das Sessões em 22.04.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 825

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais,

após ouvido o soberano Plenário, REQUEREM manifestação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, contrária à realização do Plebiscito que pretende instituir a PENA DE MORTE NO BRASIL, por se configurar em desrespeito ao princípio constitucional que garante o direito à vida, conforme Caput do art. 5°, da Constituição Federal, e por ser tal iniciativa de caráter inconstitucional, por ferir a alínea a, inciso XLVII, do art. 5° da Constituição Federal que diz:

"- Não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;"

Requer ainda, seja dada ciência do presente a todos os Sindicatos de Trabalhadores e Empregadores do Estado do Paraná, a todos os Congressistas com assento no Congresso Nacional, as Associações de Moradores e de Bairros de Estado, a todas as Câmaras de Vereadores do Estado, as Associações Comerciais, a todas as Federações de Trabalhadores e Empregadores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.91

(aa) ERNANI PUDELL;

OVÍDIO CONSTANTINO;

DR. ROSINHA.

JUSTIFICATIVA:

As desigualdades sociais existentes hoje no País propiciam a violência que campeia pelos quatro cantos do Brasil. Querer resolver o problema da violência com mais violência, nunca deu certo em qualquer parte do mundo.

Ademais, antes de decretar a pena de morte a um ser humano que é muitas vezes obrigado a marginalizar-se, é preciso condenar à morte a violência do Latifúndio que deixa 14 milhões de famílias sem terra, que querem produzir e não podem; é preciso condenar à morte o salário mínimo atual, o mais baixo do País desde sua criação; é preciso condenar à morte os crimes de colarinho branco, que repulsam a nação e nunca são condenados; é preciso condenar à morte as desigualdades sociais deste País, que carrega o troféu de ser 3° pior País do mundo em distribuição de riquezas, com ricos cada vez mais ricos, com pobres cada vez mais pobres, com sem terras, com desempregados, com fome, com miséria, com analfabetismo. É preciso fazer outros tipos de plebiscitos neste País. Qualquer plebiscito sobre salário, reforma agrária, violência urbana e rural, saúde e educação, seriam milhões de vezes mais úteis à nação que este plebiscito inconstitucional, que quer estabelecer a pena de morte. MORTE AO PLEBISCITO. VIDA À VIDA.

REQUERIMENTO N° 826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Octávio Raul Bozzi ocorrido dia 15.04.91, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.04.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 74 anos faleceu, nesta Capital, em 15 de abril último, o Senhor Octávio Raul Bozzi, que deixou viúva Dona Josefa, cinco filhos, dezessete netos e seis bisnetos.

Membro de tradicional família paraense, Octavio Raul Bozzi, deixou somente amigos, entre os quais este Deputado, que teve a ventura de conviver com sua amizade e estima por muitos anos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Octávio.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Bozzi, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 830

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário desta Casa, REQUER, Voto de Pesar, pelo passamento do Sr. Argemiro Salvador pai do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Sabaúdia, após aprovação do presente, solicito seja dado ciência à família enlutada, comunicando as mais sinceras condolências, no seguinte endereço Rua Manoel Garcia, 28 - Sabaúdia-PR.

Sala das Sessões, em 22.04.91

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO N° 844

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve pede a inserção nos anais da Assembléia de voto de congra-

tulação e apreço ao Diretor Presidente da Gazeta do Povo, Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho e ao pesquisador histórico Cid Destefani, pela centésima publicação da página "Nostalgia", com reminiscências em texto e iconografia da memória de Curitiba, nas edições de domingo da Gazeta do Povo.

Esta manifestação reveste-se de importância política num momento em que a Cidade de Curitiba se prepara para comemorar os seus 300 anos de instalação como Vila, e o Brasil inteiro se abre para o diálogo com sua memória histórica, no ano que precede os 500 anos de descoberta da América, e a realização da Conferência Mundial de Meio Ambiente - ECO 92 - nas cidades do Rio de Janeiro, de Curitiba, de Manaus e de Brasília. "Só a compreensão das lições da História poderá resgatar a dívida perversa do Brasil para com seu povo". "Só a memória bem conhecida evitará na nossa gente esta sensação de falta de futuro por ausência - ou desconhecimento - do passado do Paraná e do Brasil." Neste sentido, a coluna Nostalgia é avanço digno de nota - e de menção de louvor.

Envie-se cópia ao pesquisador, à rua Silva Jardim n° 2823.

E ao Jornal.

Sala das Sessões, em 22.04.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

REQUERIMENTO N° 838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando a elevação do contingente policial para a municipalidade de Rebouças.

Há muito tempo que Rebouças vem contando com um reduzido corpo policial, o que tem trazido sérios transtornos ao funcionamento da sua Delegacia, na maior parte das vezes sem condições de realizar um trabalho condizente, tanto na prevenção quanto na repressão criminal.

Desta forma, em acatamento ao proposto pelo Legislativo, que essa Pasta tome as necessárias providências, dando todo o suporte para que trabalho na área policial traga efetivamente mais segurança e tranquilidade ao seu laborioso povo.

Sala das Sessões, em 22.04.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência ao

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, com a finalidade de liberar recursos para a implantação de uma oficina escolar na Municipalidade de Teixeira Soares.

Consubstanciado na iniciativa do Poder Executivo, através do Senhor Prefeito João Inácio Roos, a implantação de uma oficina escolar é uma antiga aspiração da comunidade, especialmente por parte do setor educacional. Visa proporcionar condições de aprendizagem em vários ofícios, para que, desde jovens, os estudantes possam desenvolver e aprimorar as suas habilidades, auxiliando posteriormente na renda familiar.

Por tratar-se de uma proposta de grande alcance social, que essa Pasta dê as necessárias condições àquele Município no sentido de concretizar a obra.

Sala das Sessões, em 22.04.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Estado dos Transportes, solicitando seja determinado a realização dos estudos necessários e posteriores providências visando a transformação em linha Metropolitana a serviço do transporte coletivo de passageiros realizado entre Paranaguá e Antonina, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22.04.91

(a) DOUTOR ROSINHA.

REQUERIMENTO N° 831

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente oficial ao Senhor Antônio Leopoldino, Assessor da Presidência da República, para Assuntos Municipais, no sentido de que seja viabilizada a inclusão da Prefeitura Municipal de Pérola, no Programa de distribuição de materiais escolares para alunos carentes.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Sr. Prefeito Municipal, Aldo Nunes dos Reis e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal local.

Sala das Sessões, em 22.04.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O município de Pérola, com uma população ativa de 23.200 habitantes, na área da educação apresenta uma grande demanda de crianças que freqüenta os bancos escolares e que pelas precárias condições financeiras das famílias sentem dificuldades para obterem aproveitamento no rendimento esco-

lar, pois, carecem de bons livros, cadernos, lápis e inclusive de alimentação, através da merenda.

As matrículas na área urbana no ano de 1991 é de 1943 alunos e na área rural cerca de 587 alunos, mas apresenta anualmente, uma alta taxa de evasão e de repetência.

O programa de distribuição de material escolar pela FAE ou diretamente pelo MEC, ao município, significa uma grande perspectiva de abrandar esses fenômenos, minimizar os efeitos maléficos da má formação intelectual das crianças paranaenses.

REQUERIMENTO N° 832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Excelentíssima Senhora Margarida Procópio Maia, Digníssima Ministra de Estado da Ação Social, solicitando recursos financeiros para a aquisição de um veículo do tipo Kombi - passageiro, para a Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI, do município de Icaraima-PR.

Do aprovado, requer, comunicação ao ilustre Senhor Pedro Sérgio Martins, digníssimo Prefeito Municipal e a Senhora Vera Vanda Cardoso Paiva Martins, Presidente da Entidade (Rua Monte Belo s/n°).

Sala das Sessões, em 22.04.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação em tela tem prestado relevantes serviços à comunidade de Icaraima, principalmente às famílias de bóias-frias que é bastante significativa a sua quantidade, e aos moradores ribeirinhas.

A Entidade atende diariamente centenas de crianças, idosos e pessoas adultas, carentes e desabrigadas que buscam apoio na Associação.

O veículo solicitado também proporcionará a prestação de cursos profissionalizantes móvel, deslocando-se para os diversos pontos do município, levando cultura e lazer para as famílias pobres.

Os recursos municipais são mínimos, e não tendo condições para fazer a doação do veículo, a Prefeitura e a Associação solicitam ao Governo Federal, certos de que em muito irá ajudar o povo de Icaraima.

REQUERIMENTO N° 833

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Senhor Antônio Leopoldino, Digníssimo Assessor da Presidência da República- Assuntos Muni-

país no sentido de que seja viabilizada a inclusão do município de Formosa do Oeste, no Programa de distribuição de Material Escolar para alunos carentes.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Senhor Doutor Shiguemi Kiara, Digníssimo Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 22.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município em tela apresenta na área da Educação uma grande demanda de crianças que frequenta os bancos escolares e que pelas precárias condições financeiras das famílias sentem dificuldades para obterem bom aproveitamento no rendimento escolar, pois, carecem de bons livros, cadernos, lápis e inclusive alimentação, através da merenda.

As matrículas no ano de 1991 é de 1956 (Hum Mil Novecentos e Cinquenta e Seis) estudantes de 1.^a a 4.^a do primeiro grau, distribuídos em 05 escolas estaduais e 17 escolas municipais.

O programa de distribuição de material escolar pela FAE ou diretamente pelo MEC, ao município, significa uma grande perspectiva de abrandar esse fenômeno malféfico da má formação intelectual das crianças paranaenses.

REQUERIMENTO N° 834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alceni Guerra, Digníssimo Ministro de Estado da Saúde, em Brasília-DF, no sentido de que seja determinado a inclusão do município de Formosa do Oeste, nos Programas "Kit Criança", e "Farmácia Básica".

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Senhor Shiguemi Kiara, Digníssimo Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 22.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A população de Formosa do Oeste, é constituída em sua maioria por famílias que possuem empregos temporários, vivendo de sub-empregos ou bóia-frias, exigindo toda assistência ao município que se vê impossibilitado de atender a demanda em função dos poucos recursos que possui.

Sobrevivendo de forma indigna, sem acesso a alimentação adequada, moradia, estudo e uma assistência a saúde precária, devido a extrema miserabilidade dos recursos públicos.

O objetivo de tais Projetos é o de atender cerca de 10.000 (dez mil) pessoas

no município em tela.

REQUERIMENTO N° 835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alceni Guerra, digníssimo Ministro de Estado da Saúde, em Brasília-DF., no sentido de que seja determinado a inclusão do município de Pérola, nos Programas "Farmácia Básica" e "Kit Criança".

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Senhor Aldo Nunes dos Reis, Prefeito Municipal de Pérola e ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 22.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

"Por várias vezes, ouvimos através dos meios de comunicação, a preocupação de Vossa Excelência, no sentido de melhorar as condições de saúde do nosso povo" - assim começa a justificativa do pedido formalizado pelo Prefeito, dirigido ao Ministro e amigo Alceni.

Usarei do texto que embasa tal documento para justificar nosso requerimento, pois mais legítimo argumento que esse do próprio mandatário municipal seria difícil encontrarmos.

A população de Pérola está em torno de 23.200 habitantes, onde cerca de 70% pertencem a Zona Urbana e Rural, todos de baixa renda, vivendo de sub-emprego ou "bóia-fria", exigindo toda assistência ao município que se vê impossibilitado de atender toda a demanda em função dos poucos recursos que possui.

A população Perolense é constituída em sua maioria por famílias que possuem empregos temporários, sobrevivendo a sua maioria de forma indigna, sem acesso a alimentação adequada, moradia, estudo e uma assistência a saúde precária, devido a extrema pobreza e a miserabilidade dos recursos públicos.

Problemas de saúde por falta de infraestrutura, higiene, alimento etc., se agravam pela falta de medicamentos. Os objetivos de tais projetos é atender 500 famílias e cerca de 2.000 crianças.

REQUERIMENTO N° 836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, a construção de um centro comunitário no Núcleo Habitacional Nascimento dos Santos Pepe, localizado na Municipalidade de Irati.

Concentrando grande número de famílias, o mencionado Núcleo não dispõe de um local sequer para se reunir.

O próprio trabalho da sua Associação de Moradores tem ficado extremamente limitado uma vez que ela não tem podido se reunir ou mesmo funcionar como sede.

Ademais, a construção de tal obra representará, sem nenhuma dúvida, a sua utilização de diversas maneiras, tais como atividades culturais e festas beneficentes.

Por tratar-se de um justo pleito e atendendo o solicitado pelos nobres Vereadores Orlando Agulhon Júnior e João Batista Gerreiro Júnior, aguarda-se o imprescindível respaldo dessa Secretaria de Estado.

Sala das Sessões, em 22.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente à Diretoria da PROVOPAR, encarecendo o apoio ao Centro Social Rural, localizado na Municipalidade de Mallet.

De iniciativa da Chefia da Divisão do Serviço de Assistência Social, através da Senhora Neusa J. Baran e conforme a sua correspondência em apenso, o apoio é no sentido da viabilização do Programa do Bóchecho do Fluor.

Para tanto, há a necessidade de se adquirir 800 escovas infantis e 800 copos plásticos.

Em face do exposto, espera-se o necessário respaldo ao aludido programa de prevenção à cárie.

Sala das Sessões, em 22.04.91.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, quanto aos problemas que ocorrendo no Posto de Atendimento do SUDS da Comendador Araújo, onde funcionava o Programa de Atendimento da Saúde da Mulher, e que por determinações administrativas, grande parte do pessoal e de equipamento foram desmobilizados, causando sérios transtornos às pacientes ali atendidas.

Se os equipamentos necessários serão instalados e qual a previsão;

quando retornará a Enfermeira Coordenadora do Programa, que encontra-se em outro Posto sem função;

se faz necessário medidas administrativa e realistas para garantir o serviço prestado às mulheres carentes e com sérios problemas de saúde.

Sala das Sessões, em 22.04.91.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

As reclamações das pacientes que são atendidas pelo Programa de Atendimento da Saúde da Mulher, são inúmeras, pois desde as mudanças ocorridas, segundo informações, para contenção de gastos, os problemas são inúmeros, tais como: extravio de fichas, orientação adequada, principalmente as pacientes com câncer, que encontram-se em situação alarmante, sem atendimento, sem acompanhamento médico devido.

Assim, gostaríamos que a Secretaria de Estado da Saúde tomasse as providências necessárias para o atendimento voltasse a ser como era até alguns meses atrás para que não causasse mais aborrecimentos às pessoas que se encontram em situação delicada de saúde.

REQUERIMENTO N° 842

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de nos informar quanto a construção de pavimentação asfaltada da estrada que liga o Município de Cerro Azul a Rio Branco do Sul, PR-092, numa extensão de 58 quilômetros;

se existe uma programação orçamentária a ser incluída no orçamento próximo para a construção da referida estrada e quais os projetos do Governo do Estado neste sentido.

Sala das Sessões, em 22.04.91.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

A Estrada da Laranja, assim conhecida a PR-092, encontra-se em estado lamentável devido ao fato de não receber maior atenção das autoridades diretamente responsáveis por ela.

O asfaltamento desta Rodovia viabilizaria o transporte de grande produção de laranja, tangerina, feijão, milho, mel, suínos e bovinos, que muitas vezes permanecem no campo de produção por falta de condições de transporte, uma situação que pelo bem daquela população laboriosa não deve permanecer.

Ressaltamos ainda o transporte da fluorita, mineral que vem sendo explorado no Município de Cerro Azul por grandes empresas, a construção da Barragem de Tijuco Alto, onde originará a formação de um lago, onde será implementado do Pólo Turístico, permitindo também o serviço de cabotagem fluvial no Município e limítrofes.

São tantas as razões para que se viabilize a construção asfáltica desta estrada, que ficaríamos muito tempo a discorrer sobre as mesmas, mas consideramos que os moradores daquela região são a maior razão para tal empreendimento.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 146/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar o imóvel onde está localizado o prédio da Escola Estadual Ermelino Matarazzo, situado a Rua Eng° Luiz Augusto de Leão Fonseca, município de Antonina.

Art. 2° - A desapropriação será exclusivamente para ampliação de salas de aulas e construção de uma cancha de esportes.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A desapropriação pretendida através do presente plano de lei, se faz necessário para a ampliação do estabelecimento de ensino localizado no Município de Antonina denominado de Escola Estadual Ermelino Matarazzo.

A ampliação prende-se ao fato de que foi autorizada a implantação da 5.^a série e seqüência de séries para os anos subsequentes, conforme determina a Resolução n° 3.285/90, da Secretaria de Estado da Educação conforme xerox anexo.

A propriedade em apreço pertence atualmente a MINITERRAS AGROPASTORIL LTDA, e a ampliação da escola pretendida vem atender ao anseio de mais de 150 alunos com tendência a aumentar, pois o bairro é muito populoso.

Assim sendo, levamos ao conhecimento dos ilustres pares o presente plano de Lei, esperando o devido apoio e conseqüentemente a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho hoje a tribuna desta Casa para fazer um apelo ao meu Governador, Roberto Requião, também aos Srs. Secretários de

Estado, que hoje compõem o Governo Paraná Novo, um apelo no sentido de que seja agilizada a questão da saúde pública na região de Curitiba e região metropolitana, a região Sul do Estado, que há muitos anos vem sendo esquecida pelos governos do Paraná. Nem se fala em Governo Central, onde o pedestal é muito grande e a distância do povo, a distância dos municípios é uma coisa extraordinária.

Na minha luta cotidiana nos municípios, nas reuniões com a comunidade, no movimento popular, onde nós militamos muito, observando e sentimos a carência, o abandono destas regiões. Municípios como Antônio Olinto, São João do Triunfo, pessoal da Lapa, Cerro Azul, Rio Branco, Tijucas, Morretes, enfim os municípios que compõem a região Sul. A saúde pública nesses municípios, inexiste. Lá não existe sequer um comprimido para dor de dente, um melioral, não existe atenção de nada, de ninguém! As Prefeituras, por si só, são carentes, e também incompetentes, pois não têm coragem de levantar a voz e brigar. Pois estão aqui, tão pertinho de Curitiba, tão perto do Palácio, e parece que quanto mais perto o medo é maior! Não é possível observarmos tudo isso quietos, anos e anos, e cada vez mais a crise se agravando, cada vez mais o trabalhador, o sertanejo sofrendo! Vá nos rincões de Cerro Azul, por exemplo se lá acontecer uma enfermidade com um caboclo, com um trabalhador, tenham certeza vocês que ele vai perecer, perder talvez até a sua própria vida, porque lá está esquecido há muitos anos!

E é tão pertinho de Curitiba!

Ou será que os Governadores, que os Secretários de Estado, do meu Partido, não conhecem Cerro Azul, não conhecem Antônio Olinto, Lapa, São João do Triunfo, esta região toda? Conhecem. Mas, faltou sensibilidade, faltou um pouco mais de atenção!

Também pela inoperância dos Secretários de Estado que passaram por aqui! Mas, não é só na saúde pública. Há carência na questão da segurança pública, nessa região. E eu venho aqui porque tenho esperança de que o nosso Governador, Governador que eu lutei, que eu discurssei, que eu bradei, nas ruas, nas praças públicas, nas vilas, nos comícios, Roberto Requião, tenho esperança que, conhecedor que é de Curitiba e sua região Sul do Paraná, que represento com os demais companheiros, tenho certeza de que a Segurança Pública também seja melhor aparelhada.

Não adianta só ficarmos reclamando da Polícia, vamos analisar a fundo para ver se realmente o policiamento do Paraná tem condições financeiras, tem estrutura para atender a população. Porque segurança pública, policiamento também é social! É a

segurança da família, é a segurança do trabalhador que levanta três e meia, quatro horas, cinco horas da manhã e vai na sua bicicleta, ou vai de ônibus para o trabalho, que arriscando a sua vida, não sabe a família, não sabe a esposa, os filhos, se o pai volta intacto, volta vivo para casa, porque a situação está perigosa, os delinquentes a cada dia aumentando mais; a maconha, a cocaína e, fora isso, a bebida alcoólica, um dos piores males que assola o Brasil hoje, formando também, através disso, delinquentes e marginais atacando a população, desestabilizando o trabalhador na sua ida ou na volta para o trabalho. Este é o meu apelo que faço ao novo Governador, com todo o respeito ao nosso Governador e aos Secretários de Estado, que atentem para isso, outras regiões do Paraná têm problemas, mas acredito e acreditem Srs. Deputados, que no Paraná não existe região mais carente que a região Sul. Os municípios da região Sul, própria Curitiba, na área de Governo de Estado, necessita de um atendimento um pouco melhor. Eu quero lembrar que Curitiba também pertence ao Paraná, é a Capital do Paraná, mas não é porque ela é Capital que o Governo do Estado deve agir de maneira independente. "Não, Curitiba o Prefeito se vira". Não estou aqui em defesa do Prefeito de Curitiba, em absoluto, ele que se defenda e que levante sua voz, ele sabe muito bem fazer isso; mas estou sim em defesa do povo de Curitiba, em defesa do povo da Capital, que necessita de uma atenção maior. E o Requião por ter sido Prefeito de Curitiba, talvez um dos melhores Prefeitos, com certeza desde a minha época que estou em Curitiba, há treze anos, não vi pela frente Prefeito de tal gabarito, Prefeito sensível como foi Roberto Requião na periferia, nos postos de saúde, na escola integral, no manilhamento, enfim, foi sem dúvida Requião na minha era o melhor Prefeito que Curitiba já teve. Entendendo isso, sabendo que ele conhece muito bem Curitiba, que ele também abra o seu coração e sua mente, aplicando em Curitiba, aplicando na região metropolitana, aplicando nos municípios da Região Sul, tão esquecidos, tão acabados, tão ruídos, nossos municípios, o sertanejo, o colono, o trabalhador, numa luta quase sempre sem glória, porque o agricultor do Brasil, e eu sou um exemplo disso, sai da roça aos 18 anos de idade, porque nunca teve incentivo de nenhum Governo, nem do Estado, nem da União; saí da Região de Pato Branco com uma mão atrás outra na frente, arriscando uma vida melhor; Deus me deu sorte que eu consegui. E os demais, os milhares de brasileiros, de sertanejos que não conseguiram sequer uma moradia, nem sequer emprego decente, porque também não

têm qualificação, vão trabalhar no que, eles entendem do quê? De terra, da foice, do arado, do gado, da criação, da plantação, não se exige e nem podemos exigir coisas mais de um trabalhador desse nível, desse gabarito.

Esse meu recado eu gostaria também que fosse abrangido no setor da educação. Escolas com problemas, escolas que eu vejo em Rio Branco do Sul, já mandei minha equipe de televisão para filmar, duas escolas estaduais, grandes, abandonadas, quebradas, depredadas por vândalos. Mas, como é que pode, como é que pode duas escolas públicas entregues ao "Deus dará"? Não é possível. Eu gostaria que o Secretário da Educação, meu professor, foi meu professor de cursinho, Elias Abrahão, ele vai receber essa informação oficialmente como Deputado; mas também não é culpa dele, evidente, mas vai receber publicamente essa denúncia através do meu programa de televisão, mostrando para o Paraná que a escola pública merece mais respeito. Aí a população fica descrente, no Estado, na função pública e eu também fico. Por quê? Porque não funciona mesmo. Ou, se funciona, é muito devagar, é com muita calma, com muitos apelos, com muito choro, com muita vela. Um Estado, gente, deve ser primeiro a dar o bom exemplo. Um Estado deve ser o primeiro a cumprir a sua abrigação. Não ser ele o sonegador, não ser ele o mentiroso, não ser ele o farsante. Tem que ser o Estado de uma conduta ilibada, sério. Caso contrário vai perdendo a credibilidade popular. Isto é triste. Preocupo-me com isto, porque sua estrutura, do tamanho do mundo, necessita ser mexida, sacudida.

Não adianta termos um banco "deste tamanho", uma Secretaria "deste tamanho", mas pergunto: o povo é atendido? O povo recebe seu benefício ou não? Mais ou menos. Você pode comprovar. Qualquer órgão público hoje tem problemas. Tem que ser repensada a função pública através dos sindicatos, dos secretários, do Executivo, modernizá-lo, avançar, fazer um Estado moderno, rápido, lépido, que traga, sem dúvida alguma, benefício direto à sua população, ao seu povo.

Não adianta termos um Estado lindo, bonito, "deste tamanho" e o povo pobre e esquecido.

Este apelo faço em nome do povo de Curitiba, em nome do povo da Região Metropolitana, em nome do povo da Região Sul, onde os municípios, com certeza absoluta, receberam nestes últimos anos o menor carinho possível do Estado. O menor carinho possível do Governo Central do Paraná.

Espero que com Roberto Requião, com os Secretários, com nova mentalidade, atendam todo o Paraná! Mas, não esqueçam do Sul!

Não esqueçam Curitiba! O que têm estes municípios de errado que nunca foi um Governador lá? Se foi, foi somente em época de eleição. Venho cobrar publicamente uma atuação mais generosa, mais firme para Curitiba e para a Região Sul do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Queria dizer a Vossa Excelência que "a verdade tarda, mas não falha".

Pelo que tenho notado, nobre Deputado do PMDB, está reconhecendo o que nós, há muito tempo, reconhecemos no Estado do Paraná, que o Governador Álvaro Dias foi quem enganou, por 4 anos este povo e só quis ter o dinheiro suficiente para mentir por quatro anos.

Quero aqui dizer a Vossa Excelência que também poderia ser estendido o mau atendimento que esta Região citada por Vossa Excelência recebeu, poderia ser estendido ao resto do Paraná, porque pode ter certeza que o Governador Álvaro Dias nada fez, principalmente pela educação.

O SR. CARLOS SIMÕES - Companheiro Deputado, sem citar nome de Governador, falei que a Região Sul está há muitos anos, e não só no Governador Álvaro Dias, mas há muitos anos atrás, não existe uma escola pública nova em alguns municípios. O Anni-belli sabe disto. Antônio Olinto, São João do Triunfo, Cerro Azul, Lapa, Tijucas. O Cartário, Mandirituba. Têm seus problemas sérios. É uma questão de estrutura que já vem há muitos anos.

Espero que doravante tenhamos uma nova política, equilibrada, para os quatro cantos do Paraná. Perto do Palácio e também longe do Palácio Iguaçu. São minhas palavras, o meu apelo aos novos Secretários. Também ao mesmo tempo desejando sorte aos novos Secretários de Estado, desejando sorte ao novo Governador no qual votei, defendi publicamente e tenho certeza que ele vai olhar com carinho e pensar nas palavras que dissemos neste plenário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência pelo aparte. Apenas por não concordar com as colocações do ilustre Líder do PRN nesta Casa quando disse que a administração do Governador Álvaro Dias foi uma farsa. Somos testemunhas do exemplo que é o Estado do Paraná hoje para os estados brasileiros. O Paraná hoje reconhecido pelo próprio e atual Governador Roberto Requião, com suas dificuldades que isso é natural pela crise econômica que vive este País, mas o Paraná

ainda é um Estado governável. Nós tivemos algumas crises no setor da educação, nós não discordamos disso. Mas, por outro lado, o Paraná pagou seus funcionários em dia, pagou todos os seus professores em dia. Eu cito um exemplo do Mato Grosso do Sul onde os funcionários ficaram seis meses com seus salários atrasados, e outros estados brasileiros que Vossa Excelência deve ter tido a oportunidade de ver através dos meios de comunicação. Então, nós queremos dizer ao ilustre Líder do PRN que talvez pela sua chegada recente aqui na Assembléia Legislativa não tenha o conhecimento profundo da forma que tivemos e temos da administração do Governador Álvaro Dias. Então, acho que foi infeliz na colocação uma vez que o Estado do Paraná hoje é um dos melhores estados brasileiros.

Muito obrigado!

O SR. CARLOS SIMÕES - Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Deputado Carlos Simões eu desejo saudar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento de hoje em nome de dois milhões e pouco de paranaenses que aqui vivem e aqui moram na cidade de Curitiba e na nossa região metropolitana. É preciso tornar público que a nossa região é a que mais cresce no País, e tem enormes problemas, cresce de forma desordenada, de forma a inchar a nossa região metropolitana faltando saneamento básico, transporte coletivo, educação, segurança pública, coleta de lixo, enfim, são inúmeros os problemas que tem a nossa região metropolitana, e é evidente nós devemos cobrar isso mais do que nunca, porque temos um Governador sensível com os problemas da nossa região. E para tanto eu aproveito o aparte ao tempo que cumprimento V.Exa. que levanta sua voz popular em nome desta região para convocar a todos os Deputados a participarem de um seminário dia 09 e 10 de maio onde serão discutidos todos esses problemas, e nós podemos assim, trazer à baila assuntos que vêm, ao encontro dos interesses de todos os trabalhadores de nossa região, onde participaram a sociedade organizada, as universidades, os Deputados, os Prefeitos, os Vereadores, todos aqueles estudiosos que querem planejar Curitiba e a região metropolitana do futuro, porque afinal, se nós nos descuidarmos disso, guardadas as suas devidas proporções Carlos Simões, nós podemos nos tornar uma baixada fluminense, nós não queremos isso, nós queremos planejar o nosso futuro e queremos a participação de todos.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. CARLOS SIMÕES - Obrigado, e ao en-

cerrar minhas palavras, repito mais uma vez: espero que o Governador Roberto Requião e que seus Secretários não esqueçam de Curitiba, região metropolitana e também da região Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Passamos ao Horário das Lideranças.

PMDB, com a palavra. (Declina).

PTB. (Declina).

PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados; o atual Governador Roberto Requião durante sua campanha eleitoral divulgou e disse a todo instante que respeitaria a classe trabalhista e que defendia a classe trabalhadora.

Roberto Requião, Governador, ficou muito semelhante ou igual aos demais, pois somente o que ele dizia ficou no discurso e a prática tem sido diferente.

Isso estamos falando no que diz respeito ao tratamento que o Governador tem dado no setor da educação. Esses trabalhadores antes de Requião assumiram procuraram inúmeras vezes negociar com Álvaro Dias que estava dando a despedida para o Estado, felizmente, porque já estava indo tarde, no nosso entender.

E toda vez que se renova um governo é lógico que se renovam as esperanças. Esses trabalhadores de educação também tiveram suas esperanças renovadas e procuraram diálogo com o atual governador e esse diálogo não se deu, porque o atual governador não aceitou.

Eu mesmo procurei o Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, solicitando uma audiência dos trabalhadores do setor da educação com o Governador, para que se negociasse e não se entrasse em greve, isso antes da greve e até hoje estamos esperando essa negociação.

Agora, distribuí a todos os Srs. Deputados um boletim do comando de greve estadual aonde eles apresentam uma proposta para suspensão do movimento. Portanto, aqueles Deputados que não receberam eu passo a ler essa proposta, para que constatem mais uma vez, que o radicalismo é do governador e não desses trabalhadores.

Diz tal boletim:

(Lê):

**"PROPOSTA DO COMANDO ESTADUAL DE GREVE
PARA SUSPENSÃO DO MOVIMENTO**

A comunidade Universitária do Estado do Paraná debate a luta há anos por uma Universidade que contemple O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO de forma indissociada, voltada para os interesses maiores da

população.

Como resultado desta luta, assistiu-se ao desenvolvimento das mesmas, ainda que contrariando a incompreensão de sucessivos governos.

A Comunidade Universitária nega-se a ser subjugada e a ter o seu projeto comprometido pela coerção de seus agentes, professores e funcionários através do não repasse das verbas essenciais (salários e custeios), e intransigente falta de diálogo.

A greve que hoje realizamos é resultado da greve do governo em possuir propostas, dialogar e agir. Neste sentido entendemos que o atual impasse possui uma dimensão profunda e que só a imediata abertura de diálogo e negociação permitirá a superação desta crise. Tal negociação deverá contemplar, com estabelecimento real de prazos, os seguintes pontos:

- 1 - DEFINIÇÃO DA AUTONOMIA DE GESTÃO FINANCEIRA DAS UNIVERSIDADES;
- 2 - DEFINIÇÃO DE UM ÓRGÃO ESPECÍFICO COM O OBJETIVO DE FOMENTO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA, AUTÔNOMO, NOS TERMOS DO ARTIGO 205 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ;
- 3 - DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA SALARIAL PARA AS UNIVERSIDADES DO PARANÁ E IMEDIATAMENTE REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS OCORRIDAS DE SETEMBRO DE 90 A MARÇO DE 91 (144%);
- 4 - QUITAÇÃO DOS DÉBITOS TRABALHISTAS;
- 5 - REPOSIÇÃO SALARIAL EMERGENCIAL;
- 6 - CUMPRIMENTO DO ARTIGO 181 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL;
- 7 - NÃO DESCONTO DOS DIAS PARADOS;
- 8 - CRIAÇÃO DE FÓRUM COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA, LEGISLATIVO E EXECUTIVO ESTADUAL, E REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, PARA DISCUSSÃO DE PROPOSTAS PARA O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ;

A suspensão do movimento grevista está na dependência da abertura da negociação com o governo, assim como o estabelecimento de prazos efetivos, para a resolução dos pontos acima listados.

Ponta Grossa, 19 de abril de 1991"

Esta é a proposta do comando geral.

Não só os professores desejam começar a negociação para parar a greve. Nós também desejamos, pois assim pode novamente a comunidade se servir dos serviços das universidades. Por isso, apresentamos um requerimento que será votado hoje, aonde propomos a constituição de uma comissão com um representante de cada partido para procurar o Sr. Governador, para juntos encontrarmos uma saída para esse movimento que é justo, esse movimento que é correto, porque nós estamos vendo que o radicalismo é do lado de Requião.

Esta é a proposta do comando e nós

gostaríamos de ver o nosso requerimento aprovado hoje para que amanhã pudéssemos encaminhar. Também é necessário dizer que as soluções serão buscadas pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, quando junto com o Presidente daquela Comissão, Deputado Alceu Swarowski, mais a Deputada Emília Belinati e nós estamos tomando a iniciativa da organização de um Fórum para debater o ensino universitário no Estado do Paraná, na questão principalmente das Universidades Estaduais.

Portanto, esta Casa está investindo e procurando a solução, só faltando o apoio dos Parlamentares do PMDB que têm se colocado contrário a todas essas negociações, em todos os pronunciamentos que eles têm feito à imprensa e nesta Casa de Leis. Esperamos que essa Bancada também tome posição de defesa dos trabalhadores e de negociação para uma saída desse movimento sem que ninguém saia humilhado ou perdendo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - PSDB com a palavra. (Declina).
PL com a palavra (Declina).
PDT com a palavra (Declina).
PFL com a palavra (Declina).
PSB com a palavra (Declina).
PRN com a palavra.
Deputado Arlindo Troian.

O SR. ARLINDO TROIAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

É uma grande satisfação vir a esta Casa hoje para ver um texto que diz "Para salvar a agricultura". O nosso Governador esteve no dia 18 e 19 em Brasília onde foi recebido pelo Ministro Cabrera, e tratou de diversos assuntos do nosso Paraná e nós estamos vendo o grande entrosamento que está havendo entre o Governo do Estado e o Governo Federal. E nós sabemos que Cabrera garantiu ao Governo do Estado cem milhões de cruzeiros para um programa de sanidade animal da Secretaria Estadual da Agricultura. Sabemos também que eles tiveram a segunda audiência onde o Secretário da Agricultura, Osmar Dias, diz que no dia 6 de maio haverá uma reunião de todos os Secretários de Agricultura do País em Brasília com o Ministro Cabrera. E diz mais Osmar Dias: Um dia antes eu irei fazer uma reunião com os três Estados do Sul no qual iremos procurar ter uma reunião técnica para sistematizar propostas para a agricultura do Sul do País. Eu acho viável e quero dar os parabéns ao Secretário da Agricultura que hoje está acompanhando o grande Governador Requião que é do Paraná e Requião mais do que nunca sabe que o Paraná é importante e nós também sabemos. Esperamos que isto aconteça com Osmar Dias também, porque na gestão passada ele deixou muito a desejar para nós do Paraná e

do Noroeste, no qual ele sempre ousava, em seus discursos nas aberturas de exposições ou de eventos no Noroeste do Paraná, que atacava o Ministro da Agricultura para que ele tirasse a sapatilha, colocasse uma botina e viesse para o campo trabalhar. Mas, isto foi no passado. Hoje nós vemos a sensibilidade de um Governador que vai a Brasília, que senta com o Ministro e que tenta negociar a realidade fatídica que o Paraná possui e o nosso Secretário deverá se encaixar também neste método e irá abandonar aquela politicagem de palanque, de atacar o Ministro da Agricultura e atacar o Governo Federal porque isso eu vi pessoalmente e assistir em 10 de março em Paranavaí na abertura da principal exposição do Noroeste do Paraná, quando ele dizia aquilo que eu disse há pouco.

Então, hoje nós nos sentimos felizes e honrados e até alegres porque ele está jogando com o Governador do Estado, e o Governador do Estado hoje é Requião. E dizer mais: que Osmar Dias também tem com o Noroeste um compromisso, e muitos Deputados que aqui estão sabem disso, que existe lá uma construção que o Estado de São Paulo doou para o Paraná, e eu quero amanhã entrar com uma proposição sobre isso. Doou para o Paraná 37 mil metros quadrados de construção, 5 alqueires de terra, e mais as prefeituras e a Secretaria compraram mais 30 alqueires de terra para que lá fosse instalado o colégio agrícola. Houve debates, viagens a São Paulo para convencer Quércia para que ele nos cedesse essas instalações, e ele para o Paraná, para o Governo Álvaro Dias, o Secretário Osmar Dias. Só que não foi feito nada, as instalações estão lá paradas, a Universidade Estadual de Maringá fez um projeto de viabilidade, encaminhou ao Governo do Estado, e o Governo passado tinha em mãos, o Secretário Osmar Dias tinha em mãos, e simplesmente deixaram de lado e acharam que aquilo não era viável.

O compromisso assumido com São Paulo foi de funcionar aquela escola porque iria beneficiar o Noroeste de São Paulo e o Sul do Mato Grosso do Sul e a toda uma vasta região do Noroeste, que nós não temos nada que venha a ajudar o agricultor, o filho do agricultor e o menos favorecido, como disse há pouco o Deputado Carlos Simões.

Então, meus companheiros, nós agora acreditamos em Requião, e eu tenho certeza que este Projeto já veio para o Governo do Estado, veio para o Secretário da Educação, Sr. Elias Abraão. A Universidade encaminhou e está acompanhando; o dinheiro que precisa para aquilo não é muito, para que se inicie um trabalho no Noroeste do Paraná para devolver ao Estado de São Paulo a credibilidade que ele deu ao governo do Estado do Paraná.

Requião, tenho certeza que vai fazer isso porque é lamentável dizer que o próprio Osmar Dias disse em praça pública (e tem Deputado aqui que também disse) que, enquanto tiver divergências com prefeito que foi contra ele, que foi o caso de Diamante do Norte, que não tem nada a ver com a Região e não tem nada a ver com a escola, jamais eles vão instalar essa escola.

Então, quero vir de público dizer que, se isso acontecer, é lamentável, mas não vai acontecer porque o Governo do Estado hoje se chama Roberto Requião.

Deputado Carlos Simões, quando se falou em saúde, eu tive na quinta-feira uma audiência em Brasília, onde estava o Prefeito Praxetes da região de Umuarama, e disse ao Ministro: eu preciso mobiliar o meu hospital. Ele está pronto, tudo assim, assim e assado. Quero encaminhar aqui um ofício para que o Senhor mande para o Paraná para eu tentar pôr em viabilidade o meu hospital.

Sabem o que o Ministro disse? Para o Paraná na gestão passada nós remetemos tudo o que era de direito para a Secretaria. Se não fizeram, você veja direito e me comunique. Então, vocês vejam as barbaridades que foram feitas com o dinheiro federal.

Eu quero dizer mais. Na Saúde também na gestão passada, ele mandou a quantidade de 5 bilhões e meio para o Paraná.

O Sr. Nilton Barbosa - V.Exa. me permite um aparte (Assentimento).

Nobre Deputado, no que se refere à audiência que V.Exa. teve em Brasília em companhia do Prefeito de Jussara, José Praxetes, município do qual nós fomos os mais votados e temos o prazer de representar aqui na Assembléia.

Mas, estamos acompanhando há mais de 120 dias a reivindicação do Senhor Prefeito junto à Secretaria da Saúde que está aguardando a liberação do Ministro Alceni Guerra de 170 milhões de cruzeiros que deveriam estar sendo liberados já para o Estado ainda no final do Governo Álvaro Dias e que até agora não foram. do Governo Álvaro Dias e que até agora não foi.

Foram assumidos alguns compromissos com o então Secretário da Saúde, isso exatamente em entendimentos com o Ministro Alceni Guerra, que até hoje esse dinheiro não foi liberado para o Estado do Paraná (os 170 milhões de cruzeiros). Mas posso assegurar ao nobre Deputado que todos os recursos que foram liberados durante o governo Álvaro Dias, foram muito bem utilizados, inclusive utilizando recursos aos municípios do Noroeste do Estado, na vossa região e na nossa região. O Governador Álvaro Dias sempre administrou bem os recur-

sos vindos de Brasília e tenho certeza, serão bem administrados pelo Governador Roberto Requião.

O SR. ARLINDO TROIAN - Eu quero dizer que é uma satisfação saber que ele é prefeito da sua região, mas esta reivindicação estou passando, porque ele fez ao Ministro e foi essa a resposta que ele deu.

O SR. NILTON BARBOSA - E até hoje não foi liberado. Há mais de 120 dias que era para o Ministro da Saúde ter liberado e não liberou ainda. Está muito na conversa também o governo federal. Estão falando muito e fazendo pouco.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. ARLINDO TROIAN - Pois não.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Deputado, V.Exa. quando se refere à Secretaria da Saúde, aqui nesta Casa essa Secretaria tem sido alvo de toda atenção, porque ali se instalou a corrupção no Paraná, tanto que houveram CPIs. Ainda tem CPI constituída para apurar a responsabilidade do Senhor Secretário da Saúde em assuntos de licitação. Só para completar as informações de V.Exa. de que os recursos têm vindo de Brasília. Não sou procurador do governo federal e nem estou alinhado ao Presidente Collor. Os recursos têm vindo e parece que não chegam até a Secretaria da Saúde, ou quando chegam à Secretaria da Saúde, não chegam aos municípios, porque ao que consta dos arquivos da Prefeitura Municipal de Arapongas, uma ambulância foi destinada pelo Ministro Borges da Silveira ao município de Arapongas e até hoje não chegou. Chegou na Secretaria de Saúde e se perdeu pelas estradas do Paraná.

Era o aparte que eu tinha que dar a V.Exa. com relação à aplicação de recursos da Secretaria de Saúde Pública.

O SR. ARLINDO TROIAN - Junto ao Ministério da Agricultura, junto ao Incra, onde estão tratando o assunto da desapropriação de Querência do Norte. Está de parabéns o governador, porque ele está procurando um meio de solucionar de uma vez por todas, aquela grande região de Querência do Norte que, lamentavelmente, está passando por grandes dificuldades.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando votação nominal ao Projeto de Decreto Legislativo nº 02/91, bem como aos Projetos de Lei nºs 10/91, 92/91, 98/91 e 104/91.- Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nós entendemos que o requerimento apresentado e que foi lido por V.Exa., não alcança, vamos dizer assim, os objetivos que têm pautado essa Assembleia Legislativa.

Nós até concordamos que os Projetos nºs 2/91 e 10/91 - sejam votados nominalmente pelos Senhores Deputados, dado o envolvimento de ordem política que sobre os mesmos repousa. É evidente que a proibição para S.Exa., o Senhor Governador Requião se ausentar do Paraná e do país e ir para o Paraguai, pode ter em alguns momentos, desdobramentos de ordem política e nós entendemos que esta questão possa ser necessário que fique bem clara para uns e para outros.

Com relação ao Projeto nº 10/91, nós também entendemos que na vez passada já votamos nominalmente e gostaríamos que hoje, da mesma forma procedêssemos. Mas com relação ao projeto do Deputado Zanusso, de Utilidade Pública, do Deputado Orlando Pessuti, de utilidade pública e do Deputado Duílio Genari que também trata de utilidade, não vejo porque nós teríamos que reprisar sistematicamente a votação nominal para esses projetos, que no nosso entendimento, não têm nenhum desdobramento de caráter político, econômico e partidário. E nós, evidentemente, não gostaríamos de tomar o tempo precioso dos Senhores Parlamentares que têm outras atribuições.

Por esta razão, Senhor Presidente, nós, neste instante, deixaremos de dar apoio ao Requerimento e votaremos contra o requerimento de votação nominal da forma globalizada como está sendo proposto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de fazer um apelo ao nobre Deputado Ernani Pudell. Gostaria de votar o projeto, os dois primeiros projetos da pauta nominalmente, para fixar a responsabilidade de cada Parlamentar nesta Casa.

Agora faço um apelo ao nobre Deputado para que retire os demais projetos de utilidade pública, porque não há nenhuma razão se votar nominalmente projetos de utilidade pública quando o próprio Regimento Interno da Casa determina que sejam votados na Comissão de Constituição e Justiça. E por liberalidade da Mesa - que nós elogiamos -, esses projetos vieram à Ordem do Dia. Mas são projetos sem nenhum desdobramento político como bem disse o nobre Deputado Orlando Pessuti.

Então fica aí o meu apelo ao nobre Deputado Ernani Pudell para que retire do seu requerimento esses três projetos de utilidade pública.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, sou compelido a acatar as razões do nobre Deputado que me antecedeu, e até requeiro de V.Exa. que retire da Ordem do Dia os projetos de discussão sobre declaração de utilidade pública que devem ser apreciados na comissão correspondente.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nada tenho contra que não se vote nominalmente os projetos a respeito de declaração de utilidade pública.

O que estranho, Senhor Presidente, é que o Senhor Deputado Líder do Governo e do PMDB fala em desdobramentos políticos nos projetos de licença do Senhor Governador para se ausentar do País e da transparência do Fundo de Desenvolvimento Econômico do BANESTADO para o BADEP.

Não entendo o que significa desdobramento político. Ou o Senhor Deputado queria dizer com o cumprimento de compromissos políticos assumidos. E com relação à licença do Senhor Governador, a Comissão de Constituição e Justiça fez uma reunião extraordinária atendendo a uma solicitação do Senhor Presidente e também vendo a necessidade de se votar este projeto na segunda-feira. E também até mesmo para este projeto eu não vejo da necessidade de votação nominal. E poderia ser excluída esta votação nominal da Mensagem Governamental em que o Senhor Governador do Estado pede a esta Casa Legislativa autorização para se ausentar do Paraná. Então deveria ficar circunscrito apenas ao projeto de transferência do FDE do BANESTADO para o BADEP, e também para que o Senhor Deputado retirasse a expressão: "desdobramento político". Não vejo isso porque não tenho que prestar e nem sei quais serão as consequências do meu voto com relação à transferência desse fundo para o BANESTADO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta o Deputado Ernani Pudell se

O SR. ERNANI PUDELL - Com exceção, Exce-
lência, do projeto que prevê a
transferência do FDE ao BANESTADO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em vota-
ção o Requerimento do Deputado Ernani
Pudell excluindo-se os demais e mantendo a
votação nominal para o de nº 10/91. Os Se-
nhores Deputados que aprovam, queiram per-
manecer como estão. APROVADO.

Passaremos à apreciação da matéria
constante da Ordem do Dia, conforme avulso
distribuído aos Senhores Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Le-
gislativo nº 02/91 (Mensagem nº 15/91 do
Senhor Governador do Estado), que solici-
ta, conforme o disposto no artigo 54 inci-
so XI da Constituição Estadual, autoriza-
ção desta Assembléia para viagem ao Para-
guai a fim de tratar de assuntos de inte-
resse do Estado. Com REECER FAVORÁVEL da
C.C.J., por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Decreto Legisla-
tivo, oriundo da Mensagem Governamental nº
15/91, tem por finalidade a solicitação do
Senhor Governador, a este Poder, para au-
sentar-se do País, por 5 (cinco) dias, a
partir do próximo dia 25, com destino ao
Paraguai, a fim de tratar de assuntos do
interesse do Estado.

O Projeto em tela, encontra-se em con-
formidade com o art. 54, inciso XI, da
Constituição Estadual, não havendo óbice
de natureza constitucional, legal e regi-
mental que impeça a sua normal tramitação
neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FA-
VORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.
É o parecer.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

Em votação.

A Mesa recebeu, na sessão de hoje, um
ofício do Governador do Estado, retifican-
do a autorização inicial para se afastar
do País por seis dias.

Como a matéria é de urgência, a Mesa
elaborou um Substitutivo Geral da Comissão
de Justiça, que autoriza o Senhor Governador,
a partir do dia 23, a se ausentar do
País, a fim de tratar de assuntos de inte-
resse do Estado.

Em discussão o Substitutivo Geral.
APROVADO.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 10/91,
de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº
03/91), que dá nova redação ao artigo 4º
da Lei nº 4.529 e ao artigo 7º da Lei nº
5.515 (Fundo de Desenvolvimento Econômico
- FDE). Com PARECERES: da C.C.J., FAVORÁ-
VEL, por unanimidade, na forma da EMENDA
SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO, da C.F.,
CONTRÁRIO à emenda substitutiva geral da
C.C.J., e FAVORÁVEL, na forma da EMENDA
SUBSTITUTIVA GERAL DA C.F. - EM REGIME DE
URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas em
nº de 11 (onze), de autoria de diversos
Senhores Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

AO PROJETO DE LEI Nº 010/91

"Artigo 7º - O Conselho de Investimen-
tos terá a seguinte composição:

- a) ...
- b) ...
- c) ...
- d) ...
- e) ...
- f) ...
- g) ...

h) Um membro efetivo e seu suplente,
representantes da Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná;

i) Um membro efetivo e seu suplente,
indicados em lista tríplice pela Federação
dos Trabalhadores na Indústria do Estado
do Paraná;

j) Um membro efetivo e seu suplente,
indicados em lista tríplice pela Federação
dos Trabalhadores na Agricultura do Estado
do Paraná."

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Apoiamento: Dobrandino da Silva, Algaci
Túlio, Orlando Pessuti, Edson Silva Lino,
Artagão Mattos Leão e Carlos Simões.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, na nova reda-
ção ao artigo 7º da Lei n. 5515, dada pelo
artigo 2º do Substitutivo Geral ao Projeto
de Lei n. 010/91, a seguinte alínea:

"- um membro efetivo e seu suplente,
indicados pela Central Única dos Trabalha-
dores Paraná";

Sala das Sessões, em 22.04.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

DR. ROSINHA e

OVÍDIO CONSTANTINO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, na nova reda-
ção ao artigo 7º da Lei n. 5515, dada pelo
artigo 2º do Substitutivo Geral ao Projeto
de Lei n. 010/91, a seguinte alínea:

"- um membro efetivo e seu suplente,

indicados pela Central Única dos Trabalhadores Paraná";

Sala das Sessões, em 22.04.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

DR. ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamiento:

Nelson Justus, Colombino Grassano e Paulo Maia.

EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA N° 02

Inclua-se na nova redação do Art. 7° da Lei n. 5.515/67, alterado pelo Art. 2° da Lei n. 7.429/80, contida no Art. 2° do presente Projeto de Lei, as seguintes alíneas:

Art. 2° -

"Art. 7° -

a) -

b) -

c) -

d) -

e) - um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Associação dos Municípios do Paraná;

f) - um membro e seu suplente, indicados em lista tríplice pelo Conselho das Associações Comerciais e Industriais do Estado do Paraná;

g) - um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação das Associações de Micro-Empresas do Paraná;

h) - um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná;

i) - um representante do Governo Estadual, escolhido entre os Secretários de Estado;

j) - os Diretores do Banco do Estado do Paraná S/A;

l) - os membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná S/A;

Art. 3° -

Sala das Sessões, em 11.04.91.

(aa) ALBINO CORAZZA e

CÉZAR SILVESTRI

Apoiamiento:

João Preis e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

A democracia torna-se mais sólida, quanto mais ampla for a participação de segmentos da sociedade no processo decisório.

Por se tratar do Conselho de Investimentos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, mais democrático será com a participação de maior número de segmentos representativos da sociedade produtiva paranaense.

A inclusão de um representante da As-

Curitiba, segunda, em 22.04.91

sociação dos Municípios do Paraná é justificada tomando-se a premissa de que é nos municípios que ocorrem os investimentos e se desenvolve toda a atividade produtiva do Estado.

A participação de um representante do Conselho das Associações Comerciais e Industriais do Estado do Paraná não poderia ser desprezada considerando-se que as discussões, debates e decisões sobre a atividade empresarial, e a capacidade de investimentos ocorre a partir dos membros integrantes das Associações Comerciais.

As microempresas, cuja atividade se destaca como prioritária para o incentivo por parte do Governo do Estado, deverão ter garantido o direito à participação no Conselho de Investimentos.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná é a entidade representativa dos pequenos produtores rurais que representam grande parcela de contribuição na produção agrícola paranaense e que serão alvo de incentivo e benefícios em programas diversos propostos pelo Governo Estadual, razão que qualifica a entidade a participar de tão importante Colegiado.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se às alíneas j e l do artigo 7° da Lei n. 5515, de 15.02.67, em alteração pelo artigo 2° do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n. 010/91, a seguinte redação:

"Art. 7° -

.....

j) um representante da Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A;

l) um representante do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná S/A".

Sala das Sessões, em 22.04.91.

(aa) ERNANI PUDELL, DR. ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO.

Apoiamiento:

Nelson Justus, Colombino Grassano e Paulo Maia.

EMENDA SUPRESSIVA DE N° 03 AO PROJETO DE LEI N° 10/91

Suprima-se, na íntegra, o artigo 1° do Projeto de Lei n. 010/91.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(aa) ERNANI PUDELL

Apoiamiento:

Paulo Maia, Colombino Grassano, Nelson Justus e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA ADITIVA DE N° 04 AO PROJETO DE LEI N° 10/91

Inclua-se, no Projeto de Lei n.

010/91, o seguinte artigo:

"Art. - O percentual previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da Lei n. 5515, de 15.02.67, será utilizado pela instituição administradora do Fundo de Desenvolvimento Econômico para financiamento de investimento aos pequenos agricultores do Estado do Paraná."

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) ERNANI PUDELL

Apoiamiento:

Paulo Maia, Colombino Grassano, Nelson Justus e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA MODIFICATIVA DE N° 05 AO
PROJETO DE LEI N° 10/91

Dê-se ao artigo 7º da Lei n. 5515, de 15 de fevereiro de 1967, em alteração pelo artigo 2º do Projeto de Lei n. 010/91, a seguinte alteração:

"Art. 7º - O Conselho de Investimentos terá a seguinte composição:

- a) o titular da Secretaria a qual estiver vinculado o banco gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE;
- b) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação das Indústrias do Paraná;
- c) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Universidade Federal do Paraná;
- d) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação da Agricultura do Paraná;
- e) um membro efetivo e seu suplente, indicados pela Central Única dos Trabalhadores Paraná;
- f) um membro efetivo e seu suplente, indicados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná;
- g) um representante do Governo Estadual, escolhido entre os Secretários de Estado;
- h) um representante da Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A;
- i) um representante do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná S/A;

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) ERNANI PUDELL

Apoiamiento:

Colombino Grassano, Paulo Maia, Nelson Justus e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva a presente dar maior equilíbrio à composição do Conselho de Investimentos responsável pela gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Por tratar-se de medida que vise democratizar através da participação de outros setores da sociedade inicialmente não previstos no colegiado responsável pela gestão daquele Fundo, contamos com a aprovação unânime da presente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO

PROJETO DE LEI N° 010/91

Art. 1º - O art. 7º da Lei n. 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 2º da Lei n. 7.429, de 29 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - O Conselho de Investimento terá a seguinte composição:

- a) o titular da Secretaria a qual estiver vinculado o Banco gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE;
- b) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação das Indústrias do Paraná;
- c) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Universidade Federal do Paraná;
- d) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação da Agricultura do Paraná;
- e) um membro efetivo e seu suplente, representantes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;
- f) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pelo Conselho das Associações Comerciais e Industriais do Paraná;
- g) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação das Associações de Microempresas do Paraná;
- h) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná;
- i) um representante do Governo estadual, escolhido entre os Secretários de Estado.
- j) um representante da Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A;
- l) um representante do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná S/A;
- m) um membro efetivo e seu suplente, indicados pela Central Única dos Trabalhadores do Paraná;"

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

Apoiamiento:

Plauto Miró Guimarães, José Afonso Júnior, João Iensen, Rafael Greca, Durval Amaral, Mário Bezerra, Rossoni e Emília Belinati.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI N° 010/91

Art. 1º) O art. 3º da lei n. 5515, de 15 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º) A Administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico competirá ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, Sociedade econômica mista".

Art. 2º) O art. 7º da lei n. 5515, de 15 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 2º da Lei n. 7429, de 15 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º) O Conselho de Investimento terá a seguinte composição:

a) O titular da secretaria à qual estiver vinculado o Banco do Estado do Paraná S/A;

b) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação das Indústrias do Paraná;

c) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Universidade Federal do Paraná;

d) um membro efetivo e seu suplente indicados em lista tríplice pela Federação da Agricultura do Paraná;

e) um membro efetivo e seu suplente, indicados pela maioria absoluta dos Deputados Estaduais, representantes da Assembléia Legislativa do Estado;

f) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pelo Conselho da Associação Comercial e Industriais do Paraná;

g) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação das Associações de Microempresas do Paraná;

h) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná;

i) um representante do Governo Estadual, escolhido entre os Secretários de Estado;

j) os Diretores do Banco do Estado do Paraná;

l) os membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná S/A".

Parágrafo Único - Os membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho de Investimentos, constantes das listas tríplexes referidas nos itens b, c, d, f, g e h, serão eleitos pela Assembléia Geral do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO:"

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) DURVAL AMARAL

Presidente e Relator

Apoiamento:

Mário Bezerra, Alceu Swarowski e Basílio Zanusso.

SUBEMENDA ADITIVA DO SUBSTITUTIVO GERAL

Inclua-se no art. 2º, do Projeto de Lei n° 10/91, que altera o art. 7º da Lei n° 5.515/67, alterado pelo art. 2º da Lei n° 7.429/8 a seguinte letra:

Art. 2º -

"Art. 7º -

.....
Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 22.04.91.

a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: João Arruda, Antônio Annibelli, Ademar Traiano, Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, visa contemplar a indicação dos trabalhadores na Indústria, visto não estarem previstos no Substitutivo Geral, embora os demais estejam devidamente representados.

Ainda sobre o referido projeto, Pareceres em n° de 02 (dois), às emendas apresentadas ao Projeto de Lei n° 10/91, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI N° 10/91

PARECER:

O objeto do presente Parecer é a análise legal, constitucional e regimental das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n° 10/91, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 03/91, que objetiva dar nova redação ao art. 4º, da Lei n° 4.529 e ao art. 7º, da Lei n° 5.515.

O art. 1º do Plano de Lei em tela, recebeu emenda supressiva (n° 03), de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell; o art. 2º, recebeu emenda aditiva (n° 01), de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, modificativa (n° 02), de autoria dos Senhores Deputados Albino Corazza e Cezar Silvestri, e também modificativa (n° 05), de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, recebeu ainda, emenda aditiva (n° 04), de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell.

Procedido o exame das proposições incidentes, notamos que a emenda supressiva n° 03, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, que objetiva suprimir na íntegra o art. 1º do Projeto em apreciação, possui amparo legal, pois a iniciativa propõe a alteração do art. 4º da Lei n°

4.529, de 12.01.62, sendo que esta foi expressamente revogada pelo art. 25, da Lei nº 5.515, de 15.02.67, constituindo-se assim em vício de forma da iniciativa Governamental.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer Favorável às emendas de nºs 01, 02, 03, e 04, por entender que as emendas de nºs 01 e 02, contemplam o espírito de representação paritária apregoado no Parágrafo Único, do art. 142, da Constituição do Estado, a emenda nº 03, sana o vício de forma da iniciativa e a de nº 04, preserva os relevantes interesses dos pequenos agricultores do Estado, REJEITANDO a emenda de nº 05.

Nestas condições, para melhorar a boa técnica processual legislativa, apresentamos SUBSTITUTIVO GERAL em anexo.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 18.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator.

EMENDAS APRESENTADAS AO
PROJETO DE LEI Nº 10/91

PARECER:

Visando resguardar interesse da população paranaense, o Poder Executivo enviou Mensagem a esta Assembléia Legislativa, propondo alterações nas Leis nºs 4529/61 e 5515/67 que instituíram e regulamentaram o Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE, bem como autorizou, a primeira, a criação da CODEPAR, atualmente Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná- BADEP, em processo de liquidação extrajudicial, para gerir o FDE.

Levado à primeira discussão em Plenário, o Projeto de Lei em questão, recebeu emendas, em número de seis, dos ilustres Deputados Luiz Carlos Martins, (Aditiva nº 1), Albino Corazza e Cezar Silvestri (modificativa-ampliativa nºs 02 e 03), e Ernani Pudell (supressiva nº 04, Aditiva nº 05 e Modificativa nº 06).

A douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, achou por bem, apresentar emenda substitutiva geral, através relator, Deputado Nelson Justus, suprimindo o artigo 1º do Projeto de Lei nº 10/91, e estabelecendo nova redação ao artigo 7º da Lei nº 5.515/67, acatando parte das emendas apresentadas.

As alterações, a nosso ver, não satisfazem os interesses do Estado, tendo em vista que, com a supressão do artigo 1º do Projeto original do Poder Executivo, a gestão do FDE, continuará a cargo do BADEP, ora em processo de liquidação extrajudicial e sem condições de gerir, satisfatoriamente, tão importante Fundo para

o desenvolvimento do Estado do Paraná, conforme razões já expostas em parecer anteriormente aprovado nesta Comissão (fls. 15 e 16).

É de se considerar ainda, que a emenda Substitutiva Geral apresentada pelo Senhor Relator na Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Nelson Justus, contém vícios que somente poderão ser supridos através de supressão ou modificação de alguns itens bem como a inclusão de parágrafo único estabelecendo os critérios para escolha dos membros relacionados nos itens b, c, d, g e h, de modo a adequá-lo à nova redação que aumenta significativamente o número de componentes do Conselho de Investimentos a serem escolhidos através de lista tríplice.

Outro vício notado na Emenda Substitutiva Geral, ora em análise, é o fato de ter suprimido o artigo 1º do Projeto inicial, de modo a permanecer sob a gestão do BADEP e não indicar nenhum membro de tal Instituição para fazer parte do Conselho de Investimentos, o que, a nosso ver, constitui omissão imperdoável.

Assim, somos de parecer pela supressão do item "m" do art. 2º da Emenda Substitutiva Geral aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista que a Central Única de Trabalhadores, ao contrário do que sugere o nome, não é a única Central de Trabalhadores existente, e nem reconhecida, legalmente, como entidade representativa, de modo que, se permanecesse, deveríamos abrir espaço, democraticamente, à CGT e à Força Sindical.

E, ainda, considerando-se que tanto os trabalhadores como empregadores estão representados, não há razão para a presença de tal entidade.

Já com relação ao item "g", entendemos ser de bom alvitre a modificação em sua redação, deixando clara a forma de sua escolha pela Assembléia Legislativa.

Considerando também, a importância e necessidade de representantes do Banco Gestor, somos do entendimento que o Conselho de Investimento do FDE, deverá contar com os membros da Diretoria do Conselho de Administração do mesmo.

Por tudo que foi exposto, nesta oportunidade, pelo fato da emenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça tornar despiciendo o Projeto de Lei proposto pelo Executivo e, principalmente, pela soberana manifestação do Plenário desta Casa de Leis, em primeira votação, no sentido de se mudar para o BANESTADO a gestão do FDE, amparados pelas atribuições que nos são conferidas pelo Regimento Interno, somos de parecer que nova Emenda Substitutiva deva ser apresentada nesta oportunidade.

Sala das Comissões, em 19.04.91.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente e Relator

A Mesa vai submeter a votos a Emenda Substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça. Antes, porém, a Mesa esclarece ao Plenário que aprovada esta Emenda Substitutiva Geral, estarão prejudicadas as demais Emendas. Em discussão.

O SR. NELSON JUSTUS - Para discutir, Senhor Presidente.

O SF. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para discutir o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com a palavra o Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados; eu devo, também, esclarecer a este Plenário que quando convidado para relatar, na C.C.J., a transferência do FDE do BADEP para o BANESTADO, também entendi que esta transferência poderia ter desdobramentos econômicos e financeiros.

Mas, jamais desdobramentos políticos.

E que bom seria se todos nós tivéssemos, aqui, condições, neste instante, de votar em cima dos nossos conhecimentos, em cima da razão, e despreocupados com os desdobramentos políticos. Eu tenho certeza absoluta de que o resultado seria outro. (Lê):

"O Balanço de BANESTADO encerrado em 31.12.90..."

Senhores Deputados:

"O balanço do BANESTADO encerrado em 31.12.90, traz ressalvas referente ao CDI do BADEP, sendo que Cr\$ 2,5 bilhões foram lançados em créditos em liquidação e Cr\$ 7,5 bilhões seriam quitados com transferência de bens imóveis e cessão de créditos.

De acordo com a Lei 6.024 que rege a liquidação extra judicial, esta operação não é permitida o que vale dizer que o BANESTADO terá que lançar como prejuízo em seu balanço de 30.06.91, o equivalente a cerca de Cr\$ 11,25 bilhões dos CDIs restantes do BADEP.

A perspectiva de resultado do balanço do BANESTADO para 30.06.91, que já é grave pelo motivo acima estará acrescido das seguintes dificuldades:

1- O BANESTADO está operando no vermelho neste primeiro semestre, considerando que a partir de janeiro/91 não pode mais contabilizar receitas por conta dos CDIs do BADEP que se constituíam numa grande fonte de fabricação de resultados na confecção de seus balanços.

2- Acrescente-se ainda a incapacidade operacional a que o BANESTADO está subme-

tido pela erosão de seus recursos próprios com o comprometimento de grande volume com a operação dos empreiteiros, ainda pendente de pagamento, com um saldo da ordem de US\$ 70 milhões;

3- Considere-se também a agravante do Plano Collor II, que acentuou o quadro recessivo e retirou principalmente, dos bancos comerciais a possibilidade de realização de grandes lucros decorrentes de uma conjuntura de inflação elevada;

4- Leve-se em conta, finalmente que o próprio Governador já afirmou pela imprensa que ao lado da sonegação fiscal, a inadimplência no BANESTADO é um dos grandes problemas a ser enfrentado pelo seu governo.

Enquanto o ex-Governador Álvaro Dias, numa clara manipulação dos meios de comunicação fazia passar uma falsa imagem de equilíbrio financeiro do Estado do Paraná, outros Estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, equacionavam suas situações com o apoio do Governo Federal.

Perdia assim o Governo do Paraná oportunidade preciosa graças à sua incompetência política e administrativa, de legar ao seu sucessor um Estado realmente com suas finanças equacionadas e preparado para o crescimento econômico.

Este quadro ficou sensivelmente agravado com a liquidação do BADEP, solicitado por Álvaro Dias, deixando o Estado de receber os repasses do BNDES para o financiamento de sua expansão industrial. Liquidação esta aceita pelo Banco Central porque o Governo do Estado na condição de acionista controlador do BADEP, negou-se a assumir sua responsabilidade de pagamento ao BADEP de 60% das dívidas da CIC e as dívidas da CODEL, estas contratadas pelo Governo do Estado, desde 1985.

A congregação desses fatores sem dúvida configura a existência de um quadro sombrio no BANESTADO, cuja tendência é de agravamento nos próximos meses sobretudo em junho com o fechamento do balanço semestral e em Dezembro/91 com o fechamento do balanço anual para a devida publicação de conformidade com a Lei.

Estas constatações nos levam a concluir mais uma vez que a liquidação do BADEP é apenas numa cortina de fumaça para o disfarce de uma situação que se apresenta muito mais grave no BANESTADO, e que o procedimento de transferência do FDE é uma tentativa desesperada de apropriação dos "Royalties" para pelo menos atenuar a gravidade desta situação.

Por outro lado, com este procedimento, a finalidade de aplicação dos "royalties", no setor produtivo fica seriamente ameaçada porquanto sabemos que historicamente o

BADEP é que apresenta uma cultura e um comportamento de seu corpo técnico que é intransigente (quanto a correta aplicação dos recursos de repasse, rigorosamente de acordo com as finalidades, previamente definidas).

Assim sendo mais uma vez conclamo a todos ao não apoio do projeto de transferência do FDE e ratifico a necessidade do levantamento da liquidação do BADEP, que é o órgão que efetivamente tem condições de promover o fomento das atividades produtivas em nosso Estado.

Na minha última fala, aqui desta tribuna, eu tive a oportunidade de dizer aos Senhores, que não se estava tencionando medir forças entre o lado situacionista e oposicionista ao Governo, muito embora ninguém sejapositor ao nosso Estado.

Mas, eu dizia também que a História, e os Anais desta Casa vão servir para mostrar a todo o Estado e principalmente a cada um de nós se realmente agimos com a consciência e com a sabedoria nesta transferência do FDE.

Eu dizia que a História, mas muito antes disso, nós todos lemos na "Folha de Londrina", de 19 de abril.

"BNDES inviabiliza Carteira de Fomento do BANESTADO.

O Presidente do Banco do Estado do Paraná, Heitor Wallace de Mello e Silva, admitiu ontem que estão "difíceis" as negociações com o BNDES para viabilizar a carteira de fomento do banco paranaense.

A implantação da carteira foi autorizada pelo Banco Central, mas a operacionalização depende do repasse das verbas Federais; e nós dissemos na última oportunidade aqui, e ratificamos e repetimos, duvidamos que o BNDES faça algum repasse para o nosso Estado, enquanto não for concluída a liquidação extrajudicial do BADEP. E mais uma vez avoco a história, o tempo vai dizer e vai nos comprovar isto, Heitor Wallace vai se encontrar na próxima semana com diretores do Banco Central, em Brasília, o no BNDES, no Rio de Janeiro, numa tentativa de resolver o impasse. É uma negociação dura, reconhece o Presidente do BANESTADO, mas nós sabemos que todos vocês sabem qual é a opinião do Presidente do BANESTADO, eu não preciso dizer aqui, e a imprensa não vai poder dizer, mas nós sabemos qual é a opinião dele.

Segundo ele, o principal obstáculo das negociações é a Resolução 827 do BNDES, que proíbe aplicação em Estados onde existiam instituições inadimplentes com o Banco.

"Estamos procurando encontrar um caminho", afirmou o Heitor. Além da resolução o Banestado tem que enfrentar um outro problema se quiser operar com a carteira de fomento, assumir os compromissos do

BADEP, ou alguém é ingênuo ao ponto de admitir que ninguém vai ter que pagar essa dívida. A dívida hoje está em torno de 428 milhões de dólares, 138 milhões no câmbio paralelo; o Banco do Estado é claro que não tem condições de assumir este compromisso, reconhece o Presidente do BANESTADO.

Senhores Deputados, Senhor Presidente, demais presentes aqui nesta Casa, o tempo é o melhor remédio, não sei se nós haveremos ou teremos condições de remediar esta situação com desdobramentos políticos, os desdobramentos têm que ser técnicos, econômicos e em cima do bom senso e da razão.

Muito obrigado.

O SR. FLORISVALDO FIER - (Pela Ordem) - Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem o Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Gostaríamos que fosse registrada, pelo menos eu já ouvi aqui nesta Casa, a presença do líder do Governo ou Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana.

Não sabemos porque toda vez que é necessário o convencimento de alguns Deputados para votarem propostas do Governador, aqui para esta Casa se dirige o seu líder, Deputado Caíto Quintana. Esperamos que a presença do Sr. Caíto Quintana não signifique, conforme comentários que já ouvimos, prejuízos para o Governo do Estado, como significou na última vez que aqui ele esteve.

Ouvimos comentários que quando da sua chegada aqui outra vez, na semana passada, alguns gerentes do BANESTADO foram promovidos de cargo e para alguns frigoríficos foram prorrogadas as suas dívidas e suspensa a fiscalização do Governo Estadual sobre prejuízos causados e impostos não pagos.

Então, esperamos que Caíto seja bem-vindo, sem prejudicar o Estado do Paraná.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu até requeiro de Vossa Excelência e que conste em Ata a denúncia formulada pelo ilustre Deputado neste momento, e dizer que a presença do Chefe da Casa Civil nesta Casa, enaltece, porque além de ser Secretário de Estado, ele é um colega nosso da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Orgulho-me em dizer neste momento na presença do ilustre Deputado Caíto Quintana, porque tem uma vasta ficha de trabalho junto a esta Casa. Talvez o Deputado não tenha conhecimento da luta do Deputado Caíto Quintana em defesa de nosso Estado.

Sentimo-nos honrados com sua presença.

Isto demonstra evidentemente, o elo de ligação entre o Poder Legislativo e o Executivo, e ainda desejamos que se estenda ao Poder Judiciário do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a voto o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Ainda sobre o referido Substitutivo Geral, há uma emenda de autoria do Deputado Ernani Pudell e de outros Srs. Deputados, que será lida pelo Sr. 1º Secretário.
(O Sr. 1º Secretário lê emenda)

O SR. DURVAL AMARAL - Para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Excelentíssimo Sr. Presidente, nobres companheiros colegas Deputados.

É com grande satisfação que nesta tarde estamos apreciando, discutindo e logo mais votando matéria da maior importância para o Estado do Paraná, a transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico do BADEP para o BANESTAD. Mensagem de autoria do Poder Executivo, elaborada ainda quando o Governador do Estado era Álvaro Dias.

Este projeto recebeu várias emendas, todas elas compiladas através da Comissão de Constituição e Justiça, pelo Deputado Relator Nelson Justus. E a Comissão de Finanças, presidida por mim, que tenho a honra de ter ao meu lado companheiros valorosos, entendeu que era necessário apresentar um novo Substitutivo Geral ao projeto, pelas seguintes razões:

O Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, ao suprimir o art. 1º do Projeto de Lei nº 10/91, que é a mensagem original do Governador do Estado e ao estabelecer nova redação ao art. 7º da Lei nº 5515/67, acatando parte das emendas apresentadas, trouxe no seu bojo vícios, que comprometiam a própria essência do Projeto de Lei de autoria do Governo do Estado, haja vista que com a supressão do art. 1º do projeto enviado pelo Governador do Estado, a gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná continuaria a cargo do BADEP. Automaticamente, todos nós Deputados estaríamos votando um projeto que, na sua essência, estaria inócuo, porque o objetivo da transferência do FDE do BADEP para o BANESTAD, com o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, perderia seu valor.

Razão pela qual a Comissão de Finanças, ao apreciar o substitutivo, entendeu

que era necessário substitutivo geral, dizendo que o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, no seu art. 1º deste nosso substitutivo passaria, efetivamente, para o BANESTAD.

Se nós votássemos agora pela aprovação do substitutivo da Comissão de Justiça relatado pelo Deputado Nelson Justus, nós estaríamos tornando o projeto inócuo, e mais, a Comissão de Finanças entendeu em acatar a ampliação do Conselho do Fundo de Desenvolvimento Econômico, mas colocando algumas ressalvas, e entre essas, criando critérios para a escolha, por exemplo, a Federação dos Agricultores do Paraná indicará em lista triplíce como as várias entidades indicam em lista triplíce, mas quem escolheria entre os três indicados, nós entendemos que quem deve escolher é o próprio Conselho de Administração do Banco.

No substitutivo proposto pelo relator Nelson Justus, quando ele praticamente deixava o BADEP como gerente do Fundo de Desenvolvimento Econômico, não ficava ninguém do BADEP para gerir o próprio Fundo.

Por que ninguém do BADEP ficava para gerir o próprio Fundo? Porque toda diretoria do BADEP que na lei anterior gerenciava o Fundo de Desenvolvimento Econômico no substitutivo da CCJ, ficariam excluídos.

Então, nós fixamos critérios, melhoramos, efetivamente, através de entendimento da Comissão de Finanças, regulamentando de forma plausível e exequível a transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico do BADEP para o BANESTAD.

Esta é a razão que a nossa Bancada, junto com companheiros que têm a grandeza neste momento, de entenderem que o Estado do Paraná, que os agricultores do Estado do Paraná, que os industriais do Estado do Paraná não podem ser prejudicados na incerteza do fechamento ou da continuidade do BADEP que nós estamos entendendo que o Fundo deva ser transferido imediatamente para o BANESTAD, para que este possa gerenciá-lo, para que a economia do Estado do Paraná, as agro-indústrias, o Paraná rural através da Secretaria da Agricultura e tantos outros programas do Governo, a aplicação dos "royalties" não possam sofrer uma solução de continuidade, até porque já dissemos isso em nosso outro pronunciamento, de que seria inaceitável neste momento de liquidação do BADEP, que nós outorgássemos uma procuração em branco para que um interventor, um liquidante, alto funcionário, altamente qualificado, gabaritado que é o interventor, o liquidante do BADEP passasse a gerenciar este Fundo de Desenvolvimento Econômico que só diz respeito aos interesses do Estado do Paraná, e somente nós que fazemos a militância política todos os dias neste Estado, que

entendemos a preocupação dos agricultores, dos empresários, dos industriais, dos segmentos economicamente organizados deste Estado, somente nós, sociedade paranaense, poderíamos, com alvitre, efetivamente, dirigir e ajudar a gerenciar esse fundo que está sendo fiscalizado pela própria Assembléia Legislativa e nesse intuito inclusive, meu Líder, nós inserimos a possibilidade da Assembléia Legislativa não dela indicar um Deputado, mas ela mesma indicar um representante seu para que esse representante faça parte desse conselho de administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico.

Então, nobres Deputados, sociedade paranaense, eu clamo a todos os Senhores neste momento, para que votemos todos, contrariamente, ao substitutivo geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, para, na sequência, nós todos votarmos a favor do substitutivo geral apresentado pela Comissão de Finanças que vai de encontro aos interesses da sociedade paranaense e sobretudo, de todos aqueles que estão tendo seus direitos postergados, a economia do Estado postergada em razão de um desfoque, de um enfocamento não correto que está sendo dado à simples transferência do FDE do BADEP para o BANESTADO.

Como eu disse e reitero, nós, nesse projeto de lei de autoria do Governo agora neste substitutivo geral em nenhum momento estamos apreciando a liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná, e em nenhum momento nós estamos dando qualquer tipo de apoio ou qualquer manifestação para o fechamento do BADEP. Não. Única e exclusivamente nós estamos transferindo um Fundo de Desenvolvimento Econômico do BADEP para o BANESTADO, para que ele possa ser gerenciado pelo Banco do Estado do Paraná e que o Paraná não sofra a solução de continuidade na área econômica e financeira deste Estado.

Muito obrigado!

O DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Durval Amaral que me antecedeu, chama de vícios um erro grosseiro da assessoria do ex-Governador Álvaro Dias, ao referir-se ao art. 4º da Lei nº 4529, de 12.01.62, sendo que essa foi revogada pelo art. 25 da Lei nº 5515, de 15.12.67.

O Deputado Durval Amaral acha que somos provavelmente bobos, a não entender que a retirada do FDE do BADEP e colocá-lo no BANESTADO é o fim do BADEP. O Deputado Durval Amaral, não sei se vice-líder ou quer assumir o cargo de liderança no lugar do Deputado Pessuti, que ele vai ter que tomar cuidado, porque se Durval Amaral

continuar desse jeito, Pessuti será retirado da Liderança do Governo e Durval Amaral assumirá. Pensa que nós ignoramos que os "royalties" que o Governo quer do BANESTADO é para cobrir os furos da administração anterior, porque o BANESTADO está falido e Requião já foi a Brasília pedir dinheiro com um pires na mão para cobrir os furos que o ex-Governador deixou. E nós sabemos porque o Governador Roberto Requião quer o FDE no BANESTADO: para colocar de joelhos todos os prefeitos do Estado do Paraná, daí eles, de joelhos e chapéu na mão, pedirão pelo amor de Deus que solte, que libere os "royalties" para serem investidos naquele município.

Esse tipo de posição assumida pelo Deputado Durval Amaral, eu creio que é querer desfazer da nossa inteligência, ao chamar os deputados de grande grandeza ou de grandeza política, não lembro mais a palavra que ele usou, os que apóiam as propostas do Governo e nós que não apoiamos, que temos uma proposta diferente da do Governo, provavelmente aos olhos dele e dos demais Deputados e do Governador, não tenhamos essa grandeza, mas vamos esperar o tempo passar, Deputado Durval Amaral, e vamos ver quem é que está correto.

Eu acho que no atual momento, o que se está querendo é colocar todo controle na mão de um só que se chama Roberto Requião, e ele liberar as verbas de acordo com quem lhe der mais, voltando àquilo que se tinha com o Governo Sarney, no que "é dando que se recebe".

Ao colocar militância política, para dizer quais são as prioridades do Governo e as prioridades de investimento econômico, como colocou o Deputado que me antecedeu, ele desconhece que todos nós temos militância política e que não começou ontem a nossa militância e querer remeter como remete na Comissão de Finanças as críticas que ele coloca a Central Única dos Trabalhadores é desconhecer a luta dos trabalhadores brasileiros para a derrubada de ditadura, para anistia e para uma participação efetiva e concreta na política brasileira e na política paranaense.

Remeter, que retiraria a Central Única dos Trabalhadores daquela entrância, porque não contemplava duas outras forças sindicais. Foi discutido na Comissão. Por que não estavam contempladas? Porque as demais forças não estão regularmente organizadas no Estado do Paraná e estão discutindo a posição entre ambas. E querer dizer que a Central Única dos Trabalhadores não é reconhecida legalmente é querer desconhecer a realidade dos últimos dez anos de luta da classe trabalhadora e o Sr. Durval Amaral tem desconhecido. A Central Única dos Trabalhadores foi a primeira das centrais fundadas, a pedir registro no Mi-

nistério do Trabalho, que não foi concedido até hoje, porque não interessa aos ditadores de Brasília e nem ao ditador do Palácio aqui ao lado, que tem no seu porta-voz Durval Amaral. Não reconhecer a Central Única dos trabalhadores é desconhecer a luta da classe trabalhadores, é desconhecer uma boa parte da nossa história.

Disse-me outro dia o Deputado Durval Amaral, que o BADEP tem marajás e que era portanto interessante acabar com o BADEP. Não falou da tribuna. Falou-me numa conversa aí embaixo, 80% dos trabalhadores do BADEP tem nível universitário. O salário máximo recebido por trabalhadores do BADEP não chega a 600 mil. Caçar marajás no BADEP é a mesma coisa que caçar marajás no Porto de Paranaguá...

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) — Estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento, Dr. Rosinha, tenho muita estima, mas em momento algum eu disse que o BADEP tinha marajás.

Infelizmente o senhor quer colocar palavras na boca de outro Deputado. Seria muito mais honrado e digno de sua parte, que o senhor se limitasse a fazer o seu pronunciamento e não colocar palavras que não correspondem ao meu pronunciamento, nesta Casa.

E eu vasculho e peço a essa Presidência que se vasculhe, se em algum momento eu disse que no BADEP tinha marajás. Em momento algum, Sr. Presidente.

O DR. ROSINHA — Da tribuna acredito que não. Da Plenária tenho minhas dúvidas, como disse anteriormente, que me foi dito por um dos Deputados do PMDB.

Portanto, o querer acabar com o BADEP, como o PMDB está querendo acabar é simplesmente capricho. Capricho do ex-governador e que muitos dos atuais Deputados não querem compreender, não querem observar e ver com transparência que Álvaro Dias quer terminar com o BADEP porque o BADEP não aceitou financiar as dívidas das empreiteiras, não aceitou as falcaturas que hoje são denunciadas pelo próprio Roberto Requião a respeito da FERROESTE e esses Deputados ficam em posição de defesa de Álvaro Dias e Roberto Requião, sem entrar mais a fundo nesta questão. E é isto que nós cobramos. Vá analisar politicamente, por que terminar? Por que o fim do BADEP? Se tivesse alguém até que poderia vir aqui defender o fim do BADEP, eu acredito que com a maior certeza seria nós do Partido dos Trabalhadores, uma vez que o BADEP investiu muito mais com grandes empresários do que com os pequenos. E no entanto, nós estamos aqui defendendo o BADEP porque não é justo que se acabe para

encobrir falcaturas. Não é justo que se acabe por mera vontade política sem ir a fundo na questão. E eu tenho certeza que o PMDB não quer ir a fundo na questão, porque pedimos uma CPI e o PMDB até hoje não indicou os membros para essa CPI, porque se indica essa CPI estaria trabalhando e iria descobrir essa falcatura e eles morrem de medo e não indicaram até hoje e isso sabe o Deputado Orlando Pessuti. Inúmeras vezes falei com ele e fiz questão de ordem, eu e meu companheiro Ernani Puddell, sobre essa questão, mas eles não querem indicar ninguém para a CPI nem do BADEP e nem da Saúde, porque talvez vá sobrar até para eles que estão do lado do Governo e devem ter rabo preso lá também.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) — Sr. Presidente, apenas para tranquilizar o Deputado Rosinha, porque nós estamos tranquilos quanto a isso, de que na Bancada do PMDB existe um entendimento de que nós deveremos preparar sim todos os nossos Parlamentares para estarem em condições de, a qualquer momento, assumirem a Liderança da Bancada e do Governo. Sobre o assunto FDE nós encarregamos o Deputado Amaral para que discutisse e apreciasse esse assunto em nome da Liderança.

Agora, a mesma preocupação que tem o Deputado, temos nós porque se de um lado nós temos no Durval Amaral e em outros Parlamentares pessoas com qualidades suficientes para assumir uma Liderança, eu fico preocupado com relação ao PT porque se ocorrer que o Deputado Ernani tenha que deixar a Liderança, eu me questiono muito da capacidade, da tranquilidade, da inteligência do Deputado Rosinha para vir a assumir a Liderança desse importante Partido que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Inicia-se o processo de votação.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) — Sr. Presidente, eu em momento algum tentei provar a ele a minha inteligência porque não há a necessidade porque quem tem que dizer isso são os meus pares de bancada e meus companheiros de Partido. E quanto a esse preparo que tem que ser dado à Bancada do PMDB, nós queremos dizer ao Deputado Orlando Pessuti que nós, do Partido dos Trabalhadores, ao assumirmos qualquer mandato eletivo, já temos condições de enfrentar e ir para qualquer embate político sem ser necessário que se frequente uma escolinha, como o PMDB está fazendo os seus Parlamentares frequentar.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Não para exercer a Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça responderão SIM; os que rejeitam responderão Não. O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal para a votação) (Está encerrada a votação nominal)

Vinte e sete (27) Senhores Deputados aprovaram pela rejeição do Substitutivo Geral. Vinte e dois (22) aprovaram.

Está rejeitado o Substitutivo Geral e em consequência, está prejudicada a Emenda do Deputado Ernani Pudell.

Em votação o SUBSTITUTIVO GERAL da Comissão de Finanças.

Sobre o Projeto, há Emendas do Deputado Anibal Khury, Ernani Pudell. As do Deputado Ernani Pudell serão lidas pelo Sr. 1º Secretário, após o que o Deputado Pessuti terá a palavra.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê emenda modificativa ao Projeto nº 10/91).

(Lê subemenda aditiva ao Substitutivo Geral apresentado ao Projeto nº 10/91).

(Lê emenda Aditiva ao Projeto nº 10/91).

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Prosegue à leitura da Emenda nº 10/91)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Orlando Pessuti com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Apenas para esclarecimento, Sr. Presidente, gostaríamos que pessoalmente Vossa Excelência nos informasse se vamos votar o Substitutivo ressaltando as Emendas para posterior votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Neste sentido recomendamos à nossa Bancada e àqueles que a nós têm se somado na votação, e a todos os Parlamentares, de um modo geral, para que votemos a favor do Substitutivo Geral proposto pela Comissão de Finanças, porque ele está respaldado dentro da legalidade e também corrige a incorreção anteriormente apresentada pela proposta enviada pelo Poder Executivo. Além do que propõe alteração do Conselho de Investimentos do FDE, incluindo alguns setores que não faziam parte até então e indo de encontro às Emendas propostas por alguns Srs. Deputados.

Posteriormente, entendemos que das

emendas apresentadas, a Emenda do Deputado Anibal Khury que pretende a inclusão dentro do Conselho de Investimento da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado do Paraná deva merecer da parte da nossa Bancada aprovação, tendo em vista que era uma proposta aceita já anteriormente por nós e que, por um lapso, deixou de ser contemplada. Era uma proposta de iniciativa do Deputado Luiz Carlos Martins inclusive, e que por ocasião do Substitutivo não foi contemplada.

E, em razão disso, ao acatarmos a FETAEP, ao acatarmos a Federação dos Trabalhadores na Indústria, entendemos que a classe dos trabalhadores já estará contemplada com assento neste Conselho de Investimento, razão pela qual recomendamos a nossa Bancada e aos nossos aliados que não aprovemos e aos demais Parlamentares, evidentemente a proposta de inclusão da CUT dentro do Conselho, haja vista que a inclusão da FETAEP, a inclusão da Federação dos Trabalhadores na Indústria contempla a classe dos trabalhadores em igualdade de condições quando já estamos propondo e já existe a Federação da Agricultura e a Federação da Indústria.

Portanto, neste momento solicitamos para que votemos o Substitutivo. E solicitamos a compreensão dos Srs. Deputados para que votemos SIM ao Substitutivo da Comissão de Finanças e para que possamos de fato dar a aprovação que se faz necessária à Mensagem oriunda do Poder Executivo.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Houve uma omissão por parte da Comissão Executiva que poderá redundar na nulidade da votação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e talvez também do Parecer da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa.

É que, lamentavelmente, não foi ouvida a Comissão de Tomada de Contas, como esta Comissão foi convocada anteriormente para apreciar a Mensagem Governamental.

É verdade que, naquela oportunidade, a Comissão de Tomada de preços não se preocupou muito estudar a Mensagem Governamental e nem tampouco as possíveis consequências do seu comportamento. É que, naquela oportunidade, o Deputado Nilton Barbosa foi mais prático e achou de melhor alvitre ratificar a Comissão de Tomada de Contas na apreciação anterior. Ratificou, então, em todos os termos o Parecer da Comissão de Finanças. Essas condições, não tendo sido ouvida aquela Comissão, inquiriria à Mesa de como se procederá no caso de não sendo, para apreciação desta Comissão, se é válido o comportamento somente da Comissão de Finanças.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós entendemos que não procede a Questão de Ordem do Deputado Colombino Grassano porque o nosso Requerimento é claro. Se apresentadas emendas em 2.^a discussão, o projeto irá, por 48 horas, às Comissões. Se as Comissões, por algum motivo, não oferecendo o seu Parecer, o projeto voltará ao Plenário para ser apreciado.

Duas comissões ofereceram. Se uma não ofereceu, isto não pode impedir a tramitação do projeto, dentro da normalidade, para como foi feito na tarde de hoje, neste Plenário.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Então, requeiro à Mesa que mande verificar, no Projeto, se está dado "carta" para a Comissão de Tomadas de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai decidir a Questão de Ordem.

O SR. ALBINO CORAZZA (Pela Ordem) - Sr. Presidente. Aliás, para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a decisão, Vossa Excelência vai encaminhar.

A Mesa anunciou, na quinta-feira, para a Sessão de segunda-feira, a votação da matéria. E cada Comissão teria 48 horas para emitir o seu Parecer. Já são decorridos mais de três vezes, 48 horas. E em parte, a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Colombino Grassano tem base. Mas, como nós marcamos para segunda-feira, esta Sessão, e a Comissão, realmente, não foi ouvida, ela ficou como parte desinteressada no problema. E assim, nós vamos proceder a votação, porque a matéria anunciada foi na Sessão de quinta-feira.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA (Para encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados; nós apresentamos, por ocasião da votação da transferência do Fundo do BADEP para o BANESTADO, uma Emenda Modificativa ampliadora, aumentando o Conselho de Investimento do Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

E estamos felizes e satisfeitos porque as duas Emendas Substitutivas, praticamente trouxeram na íntegra, com apenas algumas diferenças, a nossa Emenda Modificativa ampliadora.

Esta Emenda Substitutiva da Comissão de Finanças, a única diferença que tem com relação à nossa Emenda é que na letra "e", ao invés de manter um membro efetivo e seu suplente, indicado na lista tríplice pela Associação dos Municípios do Paraná, in-

cluiu um membro efetivo e seu suplente, indicado pela maioria absoluta dos Deputados Estaduais, representantes da Assembléia Legislativa do Estado.

Quando nós colocamos um representante da Associação dos Municípios do Paraná, o fizemos porque temos certeza de que nenhum investimento neste Estado se fará sem o investidor ou a empresa que irá investir neste Estado procurar a Prefeitura Municipal. Porque é no município que se investe. É no Município que se criam empregos. É no município que se arrecada o ICMS. E é no município que devem ser reinvestidos os recursos públicos para desenvolver este Estado.

A princípio, tínhamos a intenção de apresentar uma subemenda a este Substitutivo, mantendo o nosso item, dos municípios. E não o faço tentando, por ocasião, que esta Assembléia escolha o representante efetivo e seu suplente, que este representante, eleito pela Assembléia, seja alguém ligado aos municípios do Paraná.

Tenho certeza de que os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Estado, com este Conselho ampliado, com a participação de representantes das Associações Comerciais do Paraná, porque nos municípios são as associações comerciais que se reúnem e discutem o desenvolvimento dos municípios. E têm uma experiência onde a Associação Comercial de Toledo começou há dez anos atrás, um projeto agroindustrial, que foi exemplo e modelo para este País. Lá vieram visitantes de municípios do Brasil inteiro. E tenho certeza de que este Conselho, ampliado, trará diretrizes ao Governo do Estado para ter critérios para distribuição deste Fundo de Desenvolvimento do Estado.

É esta a nossa manifestação. Estamos felizes porque a nossa Emenda, quase na íntegra, foi incluída neste Substitutivo Geral da Comissão de Finanças. E por ocasião, esta Assembléia irá se manifestar sobre o membro efetivo e seu suplente, pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, tentaremos que este nome, pelo menos o seu suplente, seja alguém ligado à associação dos Municípios do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se iniciar o processo de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral responderão Sim, e os que não aprovam responderão Não, sem prejuízo das Emendas apresentadas.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (João Arruda) Procede à Chamada Nominal para a votação dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e dois Senhores Deputados responderam Não, vinte e sete Senhores Deputados responderam Sim ...

Está aprovado o Substitutivo da Comissão de Finanças.

Emenda número 01, Deputado Anibal Khury e outros Senhores Deputados que aprovam emenda conservem-se como estão. Aprovado.

Emenda do Deputado Ernani Pudell um representante da diretoria do BANESEDO do Paraná, um representante do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, verificação de votação. Rejeitado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência, cabe recurso de Plenário aí.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Eu gostaria de saber se me é permitido ainda fazer a defesa da emenda, encaminhar a votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só uma declaração de voto. Mas antes porém eu vou fazer a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Ernani Pudell queiram levantar-se. 22 Senhores Deputados aprovam a emenda. Senhores Deputados que a rejeitam queiram levantar-se. 27 Senhores Deputados Rejeitam a emenda.

Emenda número 03, Deputado Ernani Pudell e outros Senhores Deputados.

O SR. ERNANI PUDELL - (Para Encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, eu quero aqui neste momento fazer um apelo à Bancada Governista, que reconheceu através da aprovação do substitutivo geral da Comissão de Finanças que a composição original do conselho que administrará o Fundo de Desenvolvimento Econômico, enviada pelo Governador do Estado, não espelhava a totalidade dos interesses envolvidos nessa questão. Mais do que isso, o Fundo de Desenvolvimento Econômico terá dentre outras atribuições a função de administrar os "royalties", que serão pagos pela exploração mineral aqui do nosso Estado. A própria Constituição Estadual prevê que o conselho que irá definir a política de aplicação dos "royalties", a que se ter a representação paritária do Governo do Estado, das classes

empresariais e das classes trabalhadoras. Nós apresentamos essa emenda incluindo a Central Única dos Trabalhadores na administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico atendendo o próprio espírito da lei maior que prevê essa participação paritária também para a administração dos "royalties", que é uma das partes do Fundo de Desenvolvimento Econômico. Mais do que isso, eu quero lembrar aqui que nessa votação, aqui sim que se define quem é quem nesse Plenário, todos aqui sabem que ninguém era contra por princípio à transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico para o BANESEDO. Da mesma maneira que acredito que ninguém era contra, por princípio, à manutenção do Fundo de Desenvolvimento Econômico junto ao BADEP. O que tínhamos era divergências. A oposição não via com clareza esta transferência e, muito menos, via a necessidade dela se consumir. Porque significaria, na prática, a extinção do Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná.

Por outro lado, a bancada governista alega que esta transferência para o BANESEDO se fazia necessária para poder remover o Fundo de Desenvolvimento Econômico, já que o Banco do Estado estava sob intervenção, e está sob intervenção federal.

Esta emenda que coloca a Central Única dos Trabalhadores na composição deste Conselho, visa reconhecer uma conquista histórica dos trabalhadores, através da sua Central que, nos últimos dez anos, a duras penas, com muitas batalhas, tem sido reconhecida como a principal Central que hoje representa os trabalhadores.

Mais do que isto, no parecer feito pela Comissão de Finanças foi dito que não convinha a manutenção da Central Única dos Trabalhadores na composição do Conselho sob o argumento de que existiam duas outras centrais no Paraná e que elas também deveriam estar representadas.

Quero apenas informar ao plenário que a Central Geral dos Trabalhadores, a CGT, e a Força Sindical, não estão constituídas juridicamente aqui no Paraná. Até porque estão em processo de fusão. É por isto que a nossa emenda não previu também a participação destas duas Centrais.

Apresentamos também uma emenda colocando a Federação dos Trabalhadores da Agricultura junto ao Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico. Esta participação felizmente foi aprovada agora, com a nova redação dada pela emenda modificativa da Comissão de Finanças. Todavia, excluir a Central Única dos Trabalhadores é, a nosso ver, absolutamente injustificável.

Por isto quero fazer um apelo ao ilustre Líder da bancada governista e seus Pa-

res, no sentido de que a aprovação desta emenda, incluindo a Central Única dos Trabalhadores no Conselho de Administração, nada irá alterar. Tudo o que já foi aprovado em sua essência. O que ela irá, isto sim, é assegurar maior democracia, maior transparência, porque teremos um dos segmentos organizados mais importantes da sociedade paranaense, também com direito de opinar sobre os destinos do Fundo de Desenvolvimento Econômico que interessa a todo o Paraná e, fundamentalmente, interessa aos trabalhadores.

É por isto, que, quero neste momento fazer um apelo aos Senhores Deputados. A votação desta emenda, em momento algum, pode traduzir o espírito e a posição que foi adotada até agora pelos Senhores Parlamentares. Por isto faço este apelo mais uma vez à bancada governista, para que apóie esta emenda e permita uma Central Única dos Trabalhadores que tenha assento no Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico. E, mais do que isto, apenas lembrar que pela configuração deste Conselho, já aprovada, o Governo tem ampla maioria através de todos os diretores e representantes do BANESTADO que têm assento na administração do Conselho. Portanto a presença da Central Única dos Trabalhadores só tem hoje, neste Conselho, o caráter de se permitir que leve suas posições, que possa fiscalizar e opinar sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico. Era isto..

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Em votação a emenda apresentada pelo Deputado Ernani Pudell.
Aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Solicito verificação de votação, já que pelo que nos consta foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa deferred. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Ernani Pudell queiram levantar-se. 22 Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que a rejeitam queiram levantar-se. 27 Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitada a emenda.

O SR. ERNANI PUDELL - Declaração de voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL - Ouvi por esta semana muitas vezes insinuações sobre a postura do PT com relação ao Governo do Esta-

do a, nossa postura foi duramente criticada porque segundo muitos ditos progressistas, entre aspas, nós estávamos alinhados com o PRN. Quero dizer que não foi o Partido dos Trabalhadores que tem subido a rampa e puxado o saco do Senhor Presidente da República, e quero dizer mais ainda, nesta votação ficou claro uma coisa que nós do Partido dos Trabalhadores temos repetido Senhor Presidente, há muito tempo, só existe fundamentalmente duas posições, aquela que é contrária aos trabalhadores e a favorável aos trabalhadores.

Eu quero aqui estranhar muito determinadas posições de quem se diz aqui base de sustentação parlamentar de um Governo dito progressista que no primeiro teste, na primeira oportunidade excluiu a força sindical e talvez a maior e mais importante, respeitada neste Estado, para que pelo menos pudesse participar dos destinos da aplicação desse fundo de desenvolvimento econômico que pudesse pelo menos opinar sobre a sua aplicação. É por isso que eu quero aqui, registrando o nosso voto, dizer que definitivamente não aceitaremos mais insinuações daquelas que temos ouvido até agora, porque para nós está claro, nós estaremos sempre ao lado dos trabalhadores.

Era isso, Senhor Presidente, Obrigadão!

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para declarar o voto)

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para declarar o voto) Senhor Presidente, em momento algum quando nós recomendamos a votação contrária a essa proposta nós tínhamos interesse em nos posicionar contra a classe dos trabalhadores e também contra a CUT, porque é testemunha o Deputado Ernani Pudell e muito mais testemunha o Deputado que não se faz presente hoje Ovídio Constantino da abertura que o Governador Requião tem prestado à CUT, departamento rural e esta Assembléia também, por telefone o Deputado Ovídio nos pediu uma reunião do bloco, reunimos o bloco, dezessete Deputados participaram da reunião com a CUT. No dia seguinte uma audiência com S.Exa. o Governador do Estado, na quarta-feira mais uma audiência com S.Exa. o Governador do Estado e a CUT. mim me parece, neste instante em que nós votamos a participação da FETAEP que representa os trabalhadores, da federação das indústrias que representa, ou melhor, a federação dos trabalhadores que representa os trabalhadores nas indústrias que não somos nós que estamos praticando nenhum esquecimento ou discriminação, eu não vi na proposta da emenda do Deputado do PT a inclu-

são de outras centrais ligadas aos trabalhadores, porque não colocaram então a CGT, a Central Geral dos Trabalhadores, que também representa os trabalhadores, porque não colocaram uma proposta da força sindical liderada pelo Medeiros. Por quê?

O SR. ERNANI PUDELL - Se V.Exa. tivesse ouvido meu apelo quando fui encaminhar a votação saberia porque elas não estão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pois é, e se V.Exa. tivesse ouvido o nosso encaminhamento de votação também teria sabido que a nossa Bancada entende que a presença da federação dos trabalhadores na indústria e a presença da federação dos trabalhadores na agricultura é representativa da classe dos trabalhadores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto irá à 3.^a Discussão na Sessão de amanhã com o substitutivo Geral e emendas apresentadas, e na 3.^a discussão é vedada a apresentação de emendas. Após a aprovação ainda restará a redação final.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Tendo sido apresentadas as emendas eu consultaria V.Exa. e à Mesa se não teria necessidade que as Comissões opinassem a respeito dessas emendas apresentadas em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As emendas foram apresentadas ao Substitutivo Geral, já foram votadas.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, mais um esclarecimento apenas, para que o Plenário fique ciente do que nós vamos votar amanhã. Na terceira discussão nós estaremos votando o substitutivo Geral e mais a emenda de autoria de V.Exa. Deputado Luiz Carlos Martins que inclui a Federação dos Trabalhadores na Indústria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente, que foi aprovado na Sessão de hoje.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 92/91, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Escrivães de Polícia do Estado do Paraná, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

98/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Biblioteca Freudiana de Curitiba - Centro de Trabalho em Psicanálise. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 104/91, de autoria do Deputado DUÍLIO GENARI, que declara de Utilidade Pública a Associação Missionária de Assistência Social Reverendo Darcy Miranda Gonçalves. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento n° 825 de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente.- Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno. Requerimento n° 829, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno. Requerimentos n°s 841 e 842, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 826, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 830, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 831, 832, 833, 834 e 835, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 836, 837, 838 e 839, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 818, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 844, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 817, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior.- Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a verificação de votação.

12 Senhores Deputados APROVAM

22 Senhores Deputados REJEITAM

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Eu me sinto realmente triste em ver o que acabou de acontecer nesta Assembléia Legislativa, porque eu acredito que todos que levantaram para votar contra, não sabem o que votaram.

Votaram contra a minha pessoa e provavelmente contra milhares de pessoas, milhares de serem humanos que são massacrados, que são os índios paranaenses...

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - O Deputado, Doutor Rosinha, está equivocando. Nós não votamos nada com referência ao índio. Votamos contra a comissão que V.Exa. propõe e discutir a greve das universidades.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, um esclarecimento, qual dos dois foram votados?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O primeiro a ser votado foi da comissão para os índios.

O SR. FLORISVALDO FIER - Muito obrigado pelo esclarecimento e aí novamente eu continuo dizendo aquilo que eu estava falando agora há pouco, quando vejo com tristeza o comportamento dos parlamentares do PMDB. Isso que eles estão fazendo, eles estão contribuindo e muito para a destruição e o massacre de uma população que é a população indígena.

Isso só me entristece e não venham eles dizer depois que somente nós fazemos discursos em defesa disso e daquilo e que ficamos sentados. Quando nós queremos tomar iniciativa prática de verificar a condição do índio, esses Deputados votam contra. Eu gostaria até de dizer que eu estou de luto por isso. Estou de luto pelo que eles fizeram e eles estão, ao meu pensamento, condenados perante a opinião pública e condenados perante os índios paranaenses.

Não tenho mais palavras para continuar, devido essa tristeza a que esses Deputados do PMDB estão causando a esta Casa de Leis e a população paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, antes de conceder a palavra a V.Exa., quer esclarecer aos Senhores Deputados que a partir da sessão de hoje, vai aplicar o disposto no artigo 161: "é lícito ao Deputado depois da votação, enviar à Mesa para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais sem lhe ser permitido todavia lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário na tribuna".

Com a palavra pela ordem o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, eu não sei se é matéria esgotada, mas na qualidade de membro do Partido Democrático Trabalhista que teve três dos seus membros acompanhando a Bancada do Governo nessa votação que fere profundamente a Carta de Lisboa, o pensamento do Senador Darci Ribeiro, o pensamento de Rondon, o pensamento do Dr. Leonel Brizola, fere profundamente os postulados pelos quais existe o Partido Democrático Trabalhista que é orientado pelos postulados mais civilizados, brilhantes e eloquentes da antropologia deste país. Eu quero fazer um registro para a história, para ser encaminhado à Executiva Nacional do Partido, de admoestação ideológica, ideológica mesmo, com relação aos membros da Bancada, do Partido de Darci Ribeiro e de Leonel Brizola, que votaram dentro da intenção da Bancada do Governo, que acham que o índio é uma coisa que deve morrer. O Brasil do Brizola, o Brasil do Darci Ribeiro, o Brasil do nosso Partido, do sonho do nosso Partido, não é o país que nós temos, mas é o país que nós merecemos, pede a posição dos Deputados democratas e trabalhistas, voltadas para a Carta de Lisboa, voltada para o ideário do nosso Partido e me pede que não me cale porque nós nos sentimos herdeiros de Rondon, de Darci Ribeiro. Nós nos sentimos herdeiros de todos os que acham que os índios merecem a vida. E somos solidários ao Deputado Rosinha, aos Xetá, aos Caigangues, aos Guarani, a todos os velhos donos da terra que não podem ser só um retrato na parede, que não podem ser só um cromô que o Secretário do Meio Ambiente, com aquele seu jeito do morumbichaba traidor tira de dentro da mesa, de vez em quando, para exibir quando lhe convém. Mas, tem e devem ser um povo que merece voz, vez e vida, sobretudo dos que estão no nosso Partido ao lado de Darci Ribeiro e do lado de Brizola. E aproveito para convidar os Deputados da Bancada do PDT e a todos os Senhores Deputados para a Conferência que o Senador Darci Ribeiro fará em Curitiba, na Faculdade de Direito, no próximo dia 20 de maio, mostrando por que os índios não devem morrer.

O SR. ALBINO CORAZZA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É a primeira vez que ocupo um cargo no Legislativo e estou aqui há mais de sessenta dias tentando aprender com os que têm mais experiência, com várias legislaturas, e como é o caso de V.Exa. que já há mais de trinta anos é legislador neste Estado, juntamente com o Deputado Erondy Silvério, e o exemplo é que arrasta. As palavras podem comover e trazer lágrimas. Eu me sinto bastante chocado pelo que estou ouvindo nesta tarde. Quero comunicar ao nobre companheiro pedetista, Rafael Greca, que realmente o Dr. Rosinha tem razão quando comunicou que não se sabia o que estava se votando nesta Casa. E olha eu peço que a Mesa registre o meu voto; eu fiquei sentado nas duas vezes porque não sabia o que estava sendo votado. Então o nobre companheiro, colega, Rafael Greca, perdoe-me, mas eu não votei nem sim nem não porque não sabia o que estava sendo votado. Então estas colocações já não atingem. E quero aproveitar esta oportunidade, Senhor Presidente, para dizer que o meu voto até hoje, e quero que seja até o último dia do meu mandato, o voto livre e consciente. Tenho votado a favor do Governo, os programas que defendo e sempre defendi, votei a favor da inclusão da CUT contra a orientação do Bloco do Governo, porque sou a favor da participação. Quanto mais participação mais democracia e mais solução nós vamos encontrar e não aceito as colocações feitas aqui de público pelo nobre colega, companheiro do Partido, porque o programa do Partido sempre defendi e irei defender.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa, Deputado, que colocamos em votação o requerimento do Doutor Rosinha e foi bem claro. Agora, tem um ditado, que não sei como fala em latim, eu acho que deve ter algum latinista e que diz o seguinte: A Lei não protege quem dorme.

O SR. ALBINO CORAZZA - Sr. Presidente, infelizmente meus ouvidos não entenderam. Infelizmente vou ter que ir ao oculista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Oculista não.

O SR. ALBINO CORAZZA - Oculista e Oftalmologista (?).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu acho que fica claro, através da manifestação de alguns Parlamentares e da nossa, que houve um equívoco da nossa parte na orientação aos nossos companheiros, por ocasião do encaminhamen-

to da votação.

Quando da leitura por parte de Vossa Excelência, nós entendíamos - nos perdôe se entendemos errado - que o que estava sendo colocado em votação dizia respeito à formação de uma comissão dos Srs. Parlamentares para discutir questões ligadas à greve do sistema universitário do Paraná, tanto que nós recomendamos, e quando colocada em votação, nós vamos votar contrariamente.

Com relação à questão da comissão do índio, nós discutimos na semana passada com o Deputado Dr. Rosinha e nos entendíamos com ele com clareza, e inclusive já tínhamos ajustado até os Parlamentares para fazer parte. Em momento algum de nossa parte existe contrariedade, muito menos do Governador Roberto Requião, que colocou na Secretaria do Meio Ambiente o Deputado Tadeu França que foi na Constituinte Nacional um dos Parlamentares que mais atuou na defesa dos interesses dos índios; e o Governador Roberto Requião há dias passados esteve recebendo em seu gabinete o cacique Raoni, demonstrando com isso que está plenamente identificado e querendo atuar na resolução dos problemas do índio.

Por essa razão, Sr. Presidente, e dado que foi de nossa parte entendido errado o encaminhamento que Vossa Excelência propôs, eu peço que a Mesa reconsidere e coloque em votação novamente a proposta desta Comissão para discutir a questão dos índios.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É matéria vencida.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para destacar a presença hoje nesta tarde, do nosso Secretário da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, que vem a esta Casa trazer a mensagem para a criação da Secretaria de Justiça e da Cidadania.

Portanto, mais uma satisfação nossa em receber o nosso brilhante companheiro e colega Deputado Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, acompanhado do Secretário Goyá Campos.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu creio que hoje nesta Casa acabou de se caracterizar de fato que o voto se dá, na maioria das vezes, por muitos Deputados, pelo Deputado que o encaminha. Lamentavelmente nós assistimos agora retratações que demonstraram de fato que isto aqui não deve ser transformado na "escola do professor Raimundo", onde o chefe fala e o restante acompanha.

Nós lamentamos profundamente que, após as argumentações, é que se tenha uma to-

mada de posição. Como educador, me envergonha, como educador lamento profundamente a decisão que aqui se tomou. Estamos vivendo no século XX, praticamente no século XXI, e não no início de 1.500, quando se tentou explorar a imagem da figura do índio. Quando se chega no momento de se aprovar uma decisão que o envolve, aprovamos pela varinha de condão e não pela realidade daquilo que se está fazendo.

Como Parlamentar nesta Casa, queremos de fato registrar que poucos Srs. Deputados se preocupam com o que aqui está se votando, e que coisas lamentáveis como essa, de desrespeito ao índio paranaense, ao índio brasileiro, num desrespeito ao povo do Paraná jamais aconteça, e depois do erro feito vem se a justificativa lamentável. Por quê? Porque não prestamos atenção de fato no que estávamos votando ou tentávamos votar porque nos conduziam ao voto pela varinha de condão ou ao voto conduzido.

Lamentavelmente se assistem cenas dessa natureza quando se põe um assunto de extrema importância, quando se massacra a nível de País o índio brasileiro, quando o companheiro Deputado por aparecer seu nome naquele requerimento vota-se contra porque era de fato o nome do companheiro Rosinha.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Isso não é verdade, Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Eu acho que aqui nesta Casa nenhum Deputado deve votar porque é Deputado...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Vossa Excelência está tentando distorcer os fatos...

O SR. PAULO MAIA - Eu estou fazendo a minha arguição, o senhor requeira a sua. Nós estamos aqui evidentemente para votar em questões do Governo, querendo que o Governo Requião acerte, querendo que o Governo Collor acerte porque o povo brasileiro e o povo do Paraná não podem mais pagar os desacertos em que vive este Estado, este País.
Muito obrigado.

O SR. NILTON CÉSAR - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai conceder a palavra a Vossa Excelência, mas para as próximas sessões, vai aplicar o art. 105 do Regimento Interno. (Lê):

"O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar Pela Ordem, mas poderá cassá-la desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desbedecido

na marcha dos trabalhos".

Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. NILTON CÉSAR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É de se estranhar o posicionamento da bancada governista pelo equívoco cometido por 27 Srs. Deputados, sem saber da matéria que estava em discussão.

Quero dizer à bancada governista, que ser deputado, ser parlamentar, representar o povo nesta Casa de Leis, é uma coisa muito séria. Tem que ser com seriedade, com veemência, com coragem, com trabalho e, acima de tudo, prestando atenção nos acontecimentos desta Casa.

Nós não viemos para esta Casa...

O Sr. Orlando Pessuti - Se não tivesse prestado atenção, não saberia que estava votando a questão...

O SR. NILTON CÉSAR - ...para votar através de recados, de bilhetes do Governador.
(Tumulto no plenário)
(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento do Deputado Dr. Rosinha. Requer a formação de comissão especial interpartidária para intermediar a negociação entre o Governo do Estado e as Universidades Estaduais.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, o equívoco ocorrido na vez passada, dessa vez com toda a certeza não irá acontecer.

Estamos discutindo a formação de uma comissão parlamentar para intermediar a greve dos professores e funcionários do sistema universitário do Paraná com Sua Excelência o Governador Roberto Requião. O governador tem colocado com todas as letras e com muita clareza que não irá conversar com os professores e funcionários do sistema universitário que se mantêm em greve. Então não tem o que intermediar, Senhor Presidente. A comissão, se aprovada, será uma comissão inócua, porque Sua Excelência o Senhor Governador já demonstrou que não irá conversar com os servidores que se encontram em greve e demonstrou mais, que está propenso a resolver os problemas de desequilíbrio e desajustes salariais, tanto que remeteu hoje à Assembléia Legislativa, mensagem propondo a reposição salarial para cinco Fundações: Fapempar, Iparde, ITCF, Iapar, e por ser uma empresa, a Emater também estará repondo perdas salariais aos seus servidores, na ordem de 48,87%.

Então, não tem razão de formarmos esta comissão, porque não há o que intermediar. Sua Excelência o Governador já disse pelo rádio, pela televisão, pelos jornais e pessoalmente a quem o ouviu nos últimos dias, que não irá conversar com quem está em greve.

Portanto, não há o que ser intermediado, não há razão para formarmos a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, os vinte e sete Deputados pró-genocídio indígena no Estado do Paraná, são agora pró-genocídio dos professores e trabalhadores das universidades do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI - O genocídio, dos índios, foi culpa de Vossa Excelência que estava ausente do Plenário, quando devia estar presente, encaminhamento requerimento de vossa autoria.

O SR. DR. ROSINHA - Pois não, professor "Raimundo Pessuti" que, dentro da "Escolinha", conduziu seus alunos ...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Aqui não é lugar de "Rolando Lero" também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
(Faz soar os tímpanos).
Está com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu fico muito orgulhoso em ser comparado com Chico Anísio que é um dos melhores atores deste país.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, este requerimento que encaminhamos à Mesa para ser submetido à apreciação desta Casa de Leis, é em função de que hoje se criou um impasse na greve dos trabalhadores da educação.

Acreditamos que este Poder Legislativo tem a função também não só de fiscalização e legislação, mas, inclusive, nesses atritos da questão trabalhista, com o seu papel, poder ajudar a resolver esses problemas. Foi esta a intenção.

Então, por isto conclamamos a todos os Deputados que querem a solução desta greve, uma solução negociada que vote favorável; porque senão será também genocídio da universidade dos trabalhadores, dos pro-

fessores e não só do índio, que assinaram agora uma parte da sentença de morte.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Mário Bezerra com a palavra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. E acho que o Poder Legislativo é um Poder independente, apesar de que deve estar harmônico ao Poder Executivo. A proposição do Deputado Rosinha procede porque não somos um Poder que endosse as vontades e os desejos do Governo do Estado. Eu acho que vamos mostrar firmeza e independência formando uma Comissão para estudar o caso que é muito sério. O Paraná perde em não conversar. A Assembléia Legislativa perde em não participar das negociações de acordos com os universitários ou com as universidades.

Então discordo do nobre Líder do Governo do Estado quando em fazer a defesa das posições do Governo em isentar a Assembléia Legislativa na participação das negociações.

Estou com o requerimento do nobre Deputado Rosinha.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero lembrar a Assembléia que o nobre Deputado que me precedeu lembrou muito bem a interdependência de Poderes.

Não é vontade do governante, não é a sua vontade, ou a sua má disposição em negociar, ou a sua vontade de passar de trator por cima do direito de greve, que é reconhecido pela Constituição, que pode orientar a Assembléia no sentido de querer instruir o debate sobre a situação das Universidades Estaduais. Pode-se discutir a extemporaneidade desta greve. Ela pega o Governo que assume no momento já imediato de sua posse; mas, não se pode proibir a discussão da situação da Universidade no Paraná. O Ensino Superior pede que a Assembléia se manifeste favoravelmente. É postulado político da maioria dos Partidos Democráticos aqui representada nesta Assembléia e nisto se inclui também o PMDB, o Partido Democrático Trabalhista - o PDT, o processo de avaliação de por que surgem as greves. Não se quer crer que a Universidade está parada porque a Universidade seja um conciliábulo de ranhetas, de mal-humorados, de empedernidos opositores do governante que querem atrapalhar a todo o custo o enredo deste programa de auditório e de televisão, em que de repente se quer transformar o Paraná. Parece que a Universidade está parada porque não há material de pesquisa, porque não existem reagentes nos laboratórios, porque não existem material para o funcionamento da Universidade,

porque houve um governante que suprimiu o pagamento da universidade para discursar bonito dizendo que a Universidade era de graça agora no Paraná. Isso, foram dias que se passaram. Agora a Universidade está parada. E a Assembléia do Paraná não pode reeditar a infelicidade do seu voto anterior, voto genocida contra os nossos irmãos índios, defendidos no Programa do meu Partido pelo Senador Darci Ribeiro. Defendido, aliás, aos olhos do mundo pelo Senador Darci Ribeiro, na seqüência da trilha luminosa de patriotas como Marechal Rondon que morreu dando as mãos para o Senador Darci Ribeiro. E tanto um e outro, Rondon, Darci Ribeiro, e todos nós só poderemos permanecer como brasileiros e na História do Brasil se soubermos respeitar o tipo de solicitação que faz ao Deputado Doutor Rosinha: a discussão da situação dos índios, a discussão da situação das Universidades. Não se trata de assinar ou endossar greve. Trata-se, isto sim, Srs. Deputados, de reconhecer, de usar a "lente" do legislativo para tentar reconhecer que micróbio se infiltra no tecido da educação e do ensino superior do Paraná, a ponto de promover semelhante infecção.

Não adianta querer ser contra os efeitos da doença. Ser contra a febre que ameaça gravemente o tecido educacional do Paraná. Se trata de tentar identificar as causas!

E esta Assembléia ou é microscópio para identificar, com o auxílio das ideologias representadas nos Partidos, as causas das infecções que afligem o Estado; ou se fecha! Se fecha, cega, surda, procurando otorrinologista para tratar de problemas de vista, oculista para tratar de problemas de audição! Surda! Cega! Muda! Calada! Para sempre. Se fecha para o Paraná! Se fecha para a História!

É preciso votar a favor do requerimento do Deputado Rosinha, sob pena de nos transformarmos, numa corte de concordantes com o Governo. Aí sim, merecedores do epíteto deste Raimundo. Este Raimundo que frequenta os vídeos, onde ninguém entende as suas lições.

Era isso.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu quero, mais uma vez, fazer um apelo ao Deputado Pessuti, e quero dizer o seguinte: nós tivemos uma lição dura na questão da greve dos professores do segundo grau. O Governo Álvaro Dias não negociou com os professores em greve. É verdade que os professores voltaram às salas de aula praticamente sem nenhuma conquista salarial.

Aparentemente o governo foi vitorioso na sua posição intransigente de não negociar. Agora nós, hoje, sofremos o reflexo daquilo que aconteceu. Hoje a Secretaria

da Educação tem que abrir concurso para 20 mil vagas, porque os professores da rede estadual estão desestimulados, estão abandonando as salas de aula.

Eu até quero antever aqui que, se perdurar o impasse na greve dos professores do ensino superior, é possível até que estes professores venham a voltar para as salas de aula cabisbaixos, derrotados num primeiro momento. Agora, com certeza eles voltarão com um único propósito de buscar um novo emprego que dê maior dignidade à sua profissão. E aí, mais uma vez, talvez o ano que vem ou no próximo semestre, sejam as instituições de ensino superior do Paraná, obrigadas a abrirem novamente um concurso, para colocar milhares de professores em substituição àqueles que abandonaram as suas carreiras, desiludidos, desestimulados.

Eu quero dizer aqui que o Poder Legislativo, em momento algum, a proposta do Deputado Rosinha foi no sentido de obrigar o Governador a tomar qualquer posição, mas sim no sentido de abrir um canal de negociação entre as partes, democraticamente. Muitos alegam ter sido inoportuna esta greve, neste momento. Porém, não podemos desconhecer que os professores da rede estadual estão sofrendo uma defasagem salarial que vem ao longo do Governo Álvaro Dias.

E eu tenho certeza que se sentarem à mesa Governo e professores, cada um colocando as suas razões, os seus problemas, as suas necessidades, com o espírito aberto, com o espírito democrático, tenho certeza absoluta que a solução virá. E cabe a nós promover e abrir esta porta para o entendimento.

O espírito do requerimento do Deputado Rosinha é este. Em momento algum fere qualquer posição, de qualquer uma das partes.

É por isso que mais uma vez faço o apelo à Bancada Governista, para que preste atenção ao conteúdo, ao sentido do requerimento que foi aprovado, porque ele deve ser acatado, por unanimidade, nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, para encaminhar.

Sr. Presidente, a colocação pelo ilustre Deputado Mário Bezerra em relação à valorização do Poder Legislativo, ela será perfeita na medida que votarmos contra es-

te requerimento.

E a razão se dá pelo fato de que no artigo 29, após a eleição da Mesa Executiva serão formadas as Comissões deste Poder Legislativo. E se esta Casa tem as Comissões formadas. Comissão de Saúde, de Segurança, de Tomada de Contas, nós temos aqui a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que é responsável pela valorização do Poder, e tem que ser a mediadora, desta situação que estamos vivendo, neste momento.

Eu entendo, Sr. Presidente, de que se existe esta Comissão, é até um desrespeito esta medida tomada, conforme especifica este requerimento. Eu acho que a valorização tem que existir em todas as Comissões deste parlamento. E é por isso que faço um apelo a todos os Deputados, de todas as Bancadas que têm assento nesta Casa, que nós tenhamos o bom senso, o bom senso pelo reconhecimento das Comissões formadas. Quando se trata de assunto de segurança, nós temos que ter a dignidade de convocar o Presidente da Comissão de Segurança para discutir o assunto, e nesse caso nós temos que convocar o Presidente da Comissão de Educação, e até mesmo colocar a Comissão de Educação à disposição das Universidades do Paraná, para mediar ou discutir os assuntos do interesse do 3º grau, no Estado.

Então fica aqui o meu apelo, que se há realmente o desejo de valorização, e aqui nós estamos dizendo amém ao Governo, nós estamos dizendo aquilo que nós votamos nesta Casa, para que haja o respeito, acima de tudo, com as nossas Comissões. E eu faço o apelo que votem contra o requerimento e que convoquem, de imediato, a Comissão de Educação.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós já passamos por diferentes momentos na história do Paraná pela posição de intransigência de um lado quando se tratava de um movimento de paralisação. Os Parlamentares brasileiros aprovaram o direito de greve. Nós falávamos daquela tribuna, semana passada, a respeito do movimento dos professores, e fomos aparteados por Sua Excelência o Deputado Dobrandino, quando dizia que o Governador estava recebendo uma Comissão para tratar do problema da greve. O problema continua! Nós não queremos nos somar às greves, mas queremos nos somar a manifestação pela realidade em que vive o ensino público, neste País.

Neste momento, eu quero passar aqui alguns dados que são estarrecedores e que fazem, de fato, que a Educação neste País, hoje, esteja a nível da Educação que se pratica num dos países mais pobres da América Latina, que é o Paraguai, e nós esta-

mos empatando ou perdendo para o Paraguai. Alguns dados que demonstram de fato, como é que a Educação vem sendo feita, só para se ter uma comparação, no Orçamento de 1990, enquanto o aluno, na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, custava 56.000 dólares/ano; na USP, tida como uma das melhores Universidades brasileiras, este aluno custava 13.330 dólares/ano. Nas Universidades Estaduais do Paraná, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Universidades estas que estão sendo pedido que se faça uma economia de 30%, nós fazemos o ensino de 3º grau, ao custo, aluno/ano, de 700 dólares!

É este País que nós vamos construir, através de um investimento desta natureza, desta grandiosidade? Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, há poucos dias o Governador Requião, num ato de grandeza, e nós dizíamos aqui que destacariamos os atos de grandeza do Governo Requião e de qualquer Governo que assim praticasse, há poucos dias, porque o assunto se referia ao Governo Federal, fez ele uma manifestação com relação à iniciativa de privatização do Porto de Paranaguá, lá convidou a Prefeita de Santos e fez uma manifestação para que o Paraná não perdesse o seu direito ao porto, num gesto de grandeza. E nós temos certeza que num gesto de grandeza também, há de se aprovar um requerimento desta natureza, mostrando que este Poder Legislativo é independente e tem a preocupação com a solução das coisas que envolvam essa sociedade, não pode mais uma vez a escola pública, como pagou as de primeiro e segundo graus, não pode pagar pelo desejo de se dizer que não se discute enquanto se faz greve. Nós acreditamos que a grandeza deste Governo estará no momento em que ele, num gesto de grandeza, volto a repetir, aceitar a solução através do diálogo, aceitar a solução através da negociação, que nada mais é, Senhor Presidente, Senhores Deputados, do que pedem os companheiros professores das Universidades Estaduais. Nós acreditamos que desta forma, aprovando este requerimento nesta Casa, nós não estaremos demonstrando apenas a nossa preocupação com a independência do Poder Legislativo, mas estaremos demonstrando a nossa preocupação numa solução pacífica, numa solução de grandeza através do diálogo, que é o que dignifica qualquer Governo.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para informação, queríamos dizer aos titulares da Comissão de Educação: Deputado Alceu Swarowski, Deputado José Afonso Júnior, Deputado Albino Corazza, Deputado Basílio Zanusso, Deputado Mário Bezerra, Deputado

Renato Adur é Deputado João Iensen; e aos suplentes: Deputada Emília Belinati, Deputado Duílio Genari, Deputado Heinz Herwig, Deputado Domingos de Carvalho, Deputado Dobrandino da Silva, Deputado Luís Carlos Martins e o Deputado José Alves, pela ausência, evidentemente deverá ser o Deputado Nilton César Servo. Então, eu acho e ainda persisto na tese de que Vossa Excelência poderia colaborar conosco na qualidade de Presidente deste Poder Legislativo, de que convocasse a Comissão de Educação para debater esses assuntos e ver o melhor caminho que nós poderíamos prosseguir.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Para encaminhar) -

O requerimento que Vossa Excelência tem, que está sendo discutido, recebeu minha assinatura pelo motivo maior, sou a favor de todas as Comissões Parlamentares que venham a beneficiar a nossa população. A Assembléia nos prestigiou quando da Comissão Parlamentar que nos encaminhou ao Hospital Cajuru e ao Hospital Evangélico, dessa forma que eu não posso faltar, inclusive nada temos, todos nós, Deputados que votaram a favor do Projeto encaminhado por Sua Excelência, o Governador, contra a Bancada do PT, do PSB; só que a colocação que os ilustres Deputados do PT estão colocando, no sentido de pressão, nos leva, se fôssemos pessoas levianas, até votar contra o que assinamos. Mas como não sou leviano e não me assusto com ameaças e pressões, quero dizer que o meu voto é o voto favorável à Comissão Parlamentar sobre as Universidades, tanto é que já havia assinado antes.

Respondendo a Sua Excelência, o nosso colega Rafael Greca, com respeito ao índio, realmente passou despercebido, mas não quero dizer com isso que me assustei com a ameaça de encaminhar ao Governador Leonel Brizola, ao Professor Darci Ribeiro nossa posição. Vossa Excelência tem toda a liberdade de encaminhar o meu voto, realmente eu e o Deputado Albino Corazza estávamos conversando e todos sabem que o Deputado Anibal Khury quando fala um pouquinho longe do microfone, se torna muito difícil de entender. Dessa forma, Sua Excelência, Presidente, não quero aqui jogar a culpa em Vossa Excelência, mas realmente aconteceu desta forma. Mas, de qualquer forma, eu quero dizer de que não sou só eu, como tantos outros Deputados aqui, estavam livres, como sempre estivemos para votar, porque o nosso Líder dos aliados e do PMDB jamais interferiu na nossa consciência. Ele merece o nosso respeito porque jamais aqui veio falar que temos que votar a favor ou contra. Nós o respeitamos pela sua experiência, pela sua figu-

ra honesta, que é o Deputado Orlando Pesutti, mas sempre estamos aqui dispostos a votar, inclusive contrários à sua orientação, porque somos eleitos pelo povo.

E a sua mensagem, Deputado Rafael Greca, à nossa Região Metropolitana, foi sua. Eu tive a minha mensagem. Só ao povo eu posso responder. Vossa Excelência continue pensando da forma como quiser ao meu respeito. Felizmente, a minha mensagem chegou a ganhar e a sobrepor-se à sua, porque na Região Metropolitana tive mais votos que Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Pela ordem, Senhor Presidente.

Queremos comunicar à douta Presidência desta Casa e aos Parlamentares que, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, já havíamos convocado os membros titulares e, na falta dos mesmos, dos respectivos suplentes, para amanhã, às onze horas da manhã, para tratarmos do assunto enfocado neste Plenário.

Reiteramos, nesta oportunidade, o convite para que todos compareçam às onze horas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Votarei favoravelmente ao requerimento do Senhor Deputado Doutor Rosinha. Como votei favoravelmente, Vossa Excelência é testemunha, porque sentei na cadeira ao lado do 1º Secretário, não votei equivocadamente. Portanto, não aceito o que se disse aqui hoje, que aqueles Deputados que votaram favoravelmente à mensagem governamental, que visava a transferência do Fundo de Desenvolvimento do Estado para o BASTADO, votaram acodadamente, sem conhecimento de causa.

Queria deixar bem definida minha posição. Votei no requerimento anterior. Sentei ao lado do 1º Secretário no instante da votação. Estava em pé ao lado de Vossa Excelência e fui sentar ao lado do Senhor 1º Secretário. Votei favoravelmente, como voto também favoravelmente a este requerimento; embora esteja muito simpático à tese levantada pelo Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, de que cabe, isto sim, cabe mesmo à Comissão de Educação desta Casa de formar ao lado dos professores e sentar à mesa junto com o Senhor Governador. Não importa se o Senhor Governador deseja ou não dialogar com professores em greve. Es-

Curitiba, segunda, em 22.04.91

ta é uma opinião do Governador, mas não pode ser a opinião da Assembléia Legislativa do Estado.

Agora isto competiria, efetivamente, à Comissão de Educação. Como há poucos dias o Deputado Colombino Grassano, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, dialogou também e evitou até a deflagração de um movimento em uma das empresas públicas do Estado. Acho que as comissões devem ser prestigiadas. E esta Comissão que se forma nesta Casa, hoje, com o meu voto favorável, não poderia efetivamente ser formada. Voto favoravelmente devido ao cunho do requerimento, que é altamente nobre, porque visa tentar uma atuação conciliatória entre partes que estão intransigentes e radicalizadas, num problema que só vai trazer o prejuízo final ao ensino paranaense. Mas acho que, daqui para a frente, estas comissões devem ser abolidas. Não devem ser mais formadas, e sim valorizar as comissões permanentes da Casa, que terão uma função a executar.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu sou um Parlamentar novo, como está à vista, mas acima de tudo, sou humano também, e como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia, eu me sinto no dever de dizer ao Doutor Rosinha, nobre Deputado, que houve um equívoco da minha parte e tenho certeza da maioria dos Deputados quando votaram contra a Comissão dos Índios, mas acho que esse douto Plenário não tem direito de ironizar todas as situações que ocorrem aqui dentro, como Vossas Excelências estão fazendo, e, ao invés de pedir explicações, começam a ironizar, começam a brincar com os Deputados, e isso eu não vou aceitar. E quanto aos dados fornecidos pelo Professor Paulo Maia, diz aqui o Doutor Goldemberg, ex-Reitor da USP de São Paulo, que as Universidades Estaduais e Federais no Brasil são quase inviáveis, pelo custo de 8.000 dólares aluno/ano, e não 700 dólares como o Senhor acabou de dizer.

O Sr. Paulo Maia - Com provas estaduais, do Paraná, de São Paulo, são 13.330.

O SR. CLEITON KIELSE - O Senhor peça aparte. Eu lhe darei.
(Conversas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em encaminhamento, não é permitido aparte.

O SR. CLEITON KIELSE - Não vamos deixar esta Casa uma bagunça, isso que peço aos membros do PT e peço aos Senhores Deputados, eu, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia, vou encami-

nhar novamente, se for possível pelo Regimento Interno, a formação dessa Comissão que o Doutor Rosinha pediu, e tenho certeza que será aprovada na próxima sessão.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, continuamos a nossa posição no início, quando fizemos o encaminhamento de sermos contrários ao requerimento apresentado que está em votação, pelas razões todas apresentadas aqui, porque nós entendemos que esta Assembléia Legislativa tem que ser valorizada, em especial suas Comissões Permanentes. Por esta razão, nós estamos nos posicionando contrário a este requerimento, entendendo que este assunto cabe à Comissão de Educação deliberar sobre ele.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para encaminhar)
- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O espírito do Legislador ao apresentar esta emenda, foi o de proporcionar que esta comissão tivesse a sua representação de todos os partidos nesta Casa. O Regimento Interno da Assembléia Legislativa estabelece que as Comissões são formadas proporcionalmente ao número de Deputados de cada Bancada, há um quociente que se determinou para a formação de cada Comissão, nós sabemos que a única Comissão nesta Casa que tem representante de todas as bancadas, é a Comissão de Constituição e Justiça, à exceção da Bancada do Partido Socialista Brasileiro, que não atingiu aquele quociente. Entende, então, o Legislador que, se der à Comissão respectiva, no caso a Comissão de Educação, a prioridade para representar a Assembléia Legislativa, ela estará representando a Assembléia Legislativa, mas o assunto é muito grave, nós gostaríamos que nesta Comissão estivessem todos os Partidos Políticos. Eu sou católico apostólico romano, e jamais gostaria de ver voltar ao tempo em que se convocava o arcebispo, se convocava o padre, se convocava o bispo para ser intermediário entre grevistas, entre entidades que reivindicavam melhores salários, melhores condições de vida para os Governos Estaduais. Isto tem que acabar. O canal de comunicação, o debate tem que ser entre os Poderes Legislativo e o Executivo. É através dos Deputados, é através dos Partidos Políticos que nós poderemos chegar ao bom senso. Tenho dito ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, coloque-se na mesa da negociação séria, pública e honesta, qualquer projeto governamental debateremos. Esse projeto governamental com toda isenção, porque nós somos Deputados do Paraná, Senhor Presidente. Então, acho que o Senhor Deputado Doutor Rosinha, ao apresentar requerimento

para constituição de uma comissão, naturalmente determinando em número de sete, é para que todos os Partidos com assento nesta Casa possam fazer parte desta Comissão e desta forma o diálogo será bem mais amplo. Nestas condições, Senhor Presidente, eu votarei favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de submeter a votos o requerimento do Deputado Doutor Rosinha, quero informar à Casa, que o Deputado Dirceu Manfrinato sugeriu que, através da Comissão de Educação, se fizesse a representação da Assembléia.

Eu quero informar à Casa, como diria o Deputado Rafael Greca, através da voz de Camões: "Tudo cessa quando a antiga musa canta", se não me engano, "Quando o Poder mais alto se levanta". O poder é a representação total da Assembléia.

A comissão é uma representação parcial da Assembléia e não vejo inconveniente nenhum que esta Casa vote o requerimento do Doutor Rosinha.

O SR. CLEITON KIELSE - Senhor Presidente, o Senhor citou numa intermediação uma frase: "A lei não protege a quem dorme", em latim é: "Doermentibus num secucit jus", e como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia, eu peço à Mesa o requerimento do Doutor Rosinha para encaminhar amanhã já com as pessoas direcionadas dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência me faz o favor de encaminhar em latim, porque na próxima sessão, eu quero citar esta frase em latim, porque eu não entendo muito bem.

Em votação o requerimento do Deputado Doutor Rosinha.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. APROVADO.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.
25 Senhores Deputados aprovam.
18 Senhores Deputados rejeitam.
Está APROVADO o requerimento do Doutor Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Geraldo

Cartário ao fazer o encaminhamento da votação, ele disse que não deveria votar sob ameaças e pressões. Nós entendemos que isso é uma questão muito séria, se o nobre Deputado foi ameaçado por alguém, deve colocar às claras.

E o nobre Deputado Alceu Swarowski, no encaminhamento de sua votação, confirmou uma reunião da Comissão de Educação para amanhã às 11:00 horas, e nós queremos dizer que eu e a Deputada Emília Belinati fomos quem procuramos o Deputado Alceu Swarowski para que convocasse uma reunião por ser necessário um fórum para debater; e quanto à questão do Deputado Kielse dizer que ele vai apresentar a proposta do requerimento, quero já de antemão dizer que votarei favorável, mas isso se chama roubo de propostas de outros Deputados...

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, acho que o Doutor Rosinha não escutou quando falei que ironizar é uma coisa que não cabe a esta Casa e o Senhor continua ironizando, mas não comigo, Doutor Rosinha.

O Senhor entendeu bem que eu pedi o seu requerimento na Mesa. Fique claro isso.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, acabei sendo citado uma vez mais pelo Doutor Rosinha. Entendo que o Doutor Rosinha deve se preocupar com os compromissos que assumiu. Aqui na Assembléia ele não tem autoridade alguma de ficar pressionando ou indagando quem quer que seja.

Eu tenho sido muito educado com Vossa Excelência. Espero que Vossa Excelência dê o trato adequado. Caso foi problema pessoal, nós vamos pelo problema pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 10/91.
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 17/91.

Levanta-se a sessão.